

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kiele - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Catário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA AUDIÊNCIA DO  
SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA FAZENDA  
SENHOR GIOVANI GIONÉDIS,  
REALIZADA EM  
18 DE NOVEMBRO DE 1999**

(*quinta-feira*)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Conforme requerimento de convocação, aprovado por esta Casa, e atendendo o que determinam os Artigos 98 e 99 do Regimento Interno, a presente sessão será transformada em Comissão Geral para audiência do Exmo. Senhor Giovanni Gionédis, DD. Secretário de Estado da Fazenda, acompanhado de assessores, para prestarem informações sobre a tual situação financeira do Estado, seu endividamento, especificando com clareza a situação da dívida interna, externa e flutuante, além da variação patrimonial do tesouro nos últimos cinco anos.

Para melhor ordenamento da presente sessão esta presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

I - O Senhor Secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, podendo ser aparteado durante a prorrogação;

II - O Senhor Secretário somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de suas exposições, objeto do Requerimento de Convocação;

III - Encerrada a exposição do Senhor Secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de 05 (cinco) minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de 10 (dez) minutos;

IV - Para responder a cada interpelação, o Senhor Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la;

V - Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 03 (três) minutos, improrrogáveis;

VI - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por 05 (cinco) minutos, sem apartes;

VII - Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

**O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)**

Gostaria de saber se o Secretário trouxe um resumo sumário, fruto e objeto da convocação; se existe para distribuição para os Deputados. Artigo 99.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Senhor Secretário irá usar a tribuna e existem algumas anotações que serão distribuídas aos Senhores Deputados.

Esta Presidência então conduz o Senhor Secretário à tribuna, para que faça o uso da palavra por 30 minutos.

**O SR. SECRETÁRIO GIOVANI GIONÉDIS**

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, Senhores Deputados, Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo nesta Casa de Leis.

Estou presente com toda a equipe da Secretaria da Fazenda, Senhor Presidente, porque qualquer matéria que tenha um cunho mais técnico e específico, pedirei vênha para fazer uso dos conhecimentos dessa valorosa equipe que há muitos anos já tem conduzido os destinos financeiros do Estado do Paraná.

Compareço a essa Casa de Leis, atendendo à convocação dos Senhores Deputados, para esclarecer, de forma definitiva, a real situação econômico-financeira do Estado do Paraná.

Quero, de pronto, antecipar que todas as informações que servirão de base para a minha explanação constam dos balanços que, por força de lei, a Secretaria de Estado da Fazenda entrega à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas, bem como dos balancetes mensais publicados no Diário Oficial do Estado. Tratam-se, portanto, de dados que são de domínio público e devem ser conhecidos pelos Senhores Deputados.

Do que tratarei aqui, na presença dos Senhores Deputados, é mais do que um simples e objetivo exame

de contas. Do que falarei nesta sessão pública, de cujos registros nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se extrairá, espero, a devida perspectiva histórica, é mais do que uma explanação fria a respeito de valores e percentagens.

A matemática das finanças públicas, Senhor Presidente, é eloqüente. A lógica irretorquível dos números é reveladora das diferentes maneiras de governar. É disso, em suma, das diversas maneiras de governar, que trataremos hoje nesta sessão, Senhores Deputados.

A maneira de governar em que a irresponsabilidade é a tônica é possível, sim. É possível em períodos de crise aguda, de descontrole dos preços. É possível num contexto de hiperinflação, com a que vivemos até meados de 1994, o que restará demonstrado pelos números que se verão mais adiante.

A estabilidade econômica, entretanto, advinda efetivamente a partir de 1995, e o choque de realidade por ela provocado na administração das contas públicas no país, demonstrou, por contraste, que é possível existir uma outra maneira de governar.

É possível gerir as finanças públicas com responsabilidade, antecipando soluções para futuras demandas sem perder de vista as necessidades imediatas representadas por um ajuste inevitável.

Contudo, a transparência com que age a Secretaria da Fazenda parece não ser suficiente para aplacar a sanha daqueles que, por aparentes motivações políticas, tentam denegrir a imagem do Governo Jaime Lerner. No período que antecedeu a minha vinda à Assembléia Legislativa, extraí de matérias veiculadas pela imprensa que a Oposição tenta imputar à Secretaria de Estado da Fazenda uma má gestão financeira e, por conseguinte, debitar ao Governador a responsabilidade pelas dificuldades financeiras por que passa o Estado.

O que causa espanto é que as repetidas acusações vêm daqueles que, embora hoje acometidos de súbita amnésia, já ocuparam o alto posto do Executivo Estadual, governaram sob a égide do período inflacionário, nada fizeram, nada previram e nada transformaram. Pelo contrário, o seu desmazelo deixou para a atual administração um fardo pesado, que tem exigido do Governo Jaime Lerner um enorme esforço de reestruturação econômica e social.

Acabou a ciranda financeira, que favorecia a criação de demonstrações contábeis fictícias, dava a falsa impressão de robustez e escondia a debilidade das finanças públicas.

A estabilidade da moeda eliminou o uso de artifícios como receitas decorrentes do efeito inflacionário e fez aflorar compromissos reais e inescapáveis, tais como folha de pagamento, serviço da dívida e investimentos, que eram suportados com aquelas receitas.

Um exemplo disso foi o que aconteceu entre 1991 e 1994. Em 1991 as receitas financeiras, isto é, o lucro inflacionário, representaram 18,35% das despesas com pessoal; em 1992, o lucro inflacionário subiu para

23,26%; em 1993, passou a increditáveis 31,56% e em 1994, já com o advento do Plano Real e da estabilidade, ainda se manteve em 19,13%, totalizando 92,03% no período.

Isso significa dizer, no período considerado de somente quatro anos, que o ganho auferido pelo governo na época com a inflação permitiu o pagamento de 12 folhas de pessoal, ou seja, um ano inteiro, um quarto de um mandato, de folha pago pela inflação, às custas da sociedade.

Esta situação mudou radicalmente a partir do Governo Jaime Lerner. Em 1995, as receitas financeiras despencaram para 4,97% das despesas com pessoal. Em 96 caíram para 2,66%, em 97, desceram ainda mais para 2,30% e em 98 atingiram o piso de 1,80%, totalizando no período somente 11,73%.

Outro aspecto a ser considerado é o que diz respeito à análise dos resultados das finanças públicas, entre elas, o resultado primário.

Como diz o velho latim: *Modus in rebus*. Não se pode adotar parâmetros e metodologias diferentes para comparar situações iguais, deste modo, aplicando-se os mesmos critérios utilizados hoje pelo Ministério da Fazenda, verifica-se que o Estado do Paraná há muito tempo, já em governos anteriores apresentava um resultado primário negativo em relação à receita corrente líquida.

Em 1991, o *déficit* primário, isto é, a diferença entre o que se gasta e o que efetivamente se obtém com arrecadação própria, representava 3,42% da receita corrente líquida. Em 92 subiu para 6,26%, em 93 praticamente dobrou, passando para 11,04% e em 94 foi de 8,85%, o segundo maior índice do período.

Esses números provam, Senhores Deputados, que o Estado do Paraná já apresentava sinais inequívocos de debilidade financeira antes que iniciasse a administração Jaime Lerner. Isto posto, passo a esclarecer a situação do endividamento do Estado.

A composição da dívida estadual em 30 de junho de 99 é a constante do quadro de V. Exas. possuem em mãos. Sobre ela passo a tecer algumas considerações.

Nesta relação constam todas as dívidas que o Estado do Paraná possui até a data de 30 de junho de 99, que é a data de corte, a dívida fundada interna e externa era de 5 bilhões, 772 milhões e 300 mil reais, e a dívida flutuante era de 3 bilhões, 339 milhões e 700 mil reais em 30 de junho de 99.

Para melhor compreensão dos Senhores Deputados, o quadro representa relação dos financiamentos e demais dívidas por ano de contratação ou origem. A referida tabela é separada por colunas, nas quais constam: na primeira coluna, o ano de origem. Na primeira coluna, a descrição da dívida. Na segunda coluna, o ano de origem desta dívida, quando foi contratada. Na terceira coluna as dívidas contraídas em governos anteriores a 1995, que representam 54,2% do saldo atual da dívida. Na seg-

unda coluna, a dívida comum a várias administrações. Na penúltima coluna, as dívidas contraídas na administração Jaime Lerner, que representam 15% do saldo da dívida.

Com referência à coluna das administrações anteriores e posteriores, basicamente é o saneamento do Banco do Estado do Paraná que representava 30,8%. E essa dívida não é imputada tão somente a um governo, porque lembro a V. Exas. que quando compareci a esta Casa de Leis para defender a Lei de Saneamento do BANESTADO, demonstrei com documentos, os quais naquela ocasião deixei à Presidência, cuja cópia tenho em mãos, que 67% da necessidade de financiamento da instituição junto ao Banco Central referiam-se a problemas originados pelo Banco em governos anteriores.

Portanto, o que se conclui desse quadro é que 74,86% ou 6 bilhões e 821 milhões da dívida do Estado do Paraná vem de governos anteriores.

Gostaria, estou preparado para detalhar a V. Exas., dívida por dívida. Acho que o quadro é altamente explicativo, todas as dívidas que estão aqui retratadas constam dos balanços oficiais do Estado do Paraná, constam do relatório do Banco Central, isso se os Deputados fizerem questão eu retrato, dívida por dívida, porque são altamente explicativas. Por exemplo: a primeira dívida, - e aí tenho que fazer uso de um documento que faz uma tradução dessas siglas, o Governador Jaime Lerner sempre diz que tem que acabar com as siglas, - junto ao Banco do Brasil, o primeiro bloco de dívidas são as dívidas fundadas, quer a interna, quer a externa.

Então, a primeira dívida do Banco do Brasil é o Brasil Investment Bond e o Bond Exchange Agreement, uma dívida contraída em 1979 que foi na realidade uma substituição do valor de parcelas e principal de contratos da dívida externa por títulos emitidos pela União, em consequência uma troca de juros da dívida externa por bônus também da União. Essa dívida em 30 de junho apresentava um saldo devedor de 24,04 milhões, o que representa 0,03% do total da dívida.

A segunda dívida é também junto ao Banco do Brasil, uma dívida também de 1979, no valor de 249,09 milhões ou 2,7% do endividamento total do Estado, que é o acordo da reestruturação da dívida de médio e longo prazo feita naquele ano também referente a um saneamento praticado no Estado em 1979, substituindo a dívida externa por Títulos emitidos pela União.

A terceira dívida fundada é a Lei 8727, também junto ao Banco do Brasil, que foi um contrato assinado com a União para refinanciamento da dívida interna junto ao Banco Central, ao DER, à Caixa Econômica e ao BNDS de contratos originários firmados em 1975.

A quarta: Banco do Brasil - Aviso 9, é uma dívida referente à Lei 7976 de 89, que se refere também ao refinanciamento da dívida interna junto à União, proveniente dos pagamentos da dívida externa com recursos do Tesouro Nacional, ou seja, o Estado teria deixado de hon-

rar a dívida, teria sido honrada pelo Governo Federal e depois foi feito este refinanciamento.

A quinta dívida: COPEL - Aviso 9 - CRC é uma composição de dívidas que vinha desde 1983, em 1994 houve composição, a COPEL assumiu algumas dívidas perante a União e o Estado assumiu perante a COPEL esta dívida do CRC que monta em data de 30/06 a 518,1 milhões, ou 5,7% da dívida total.

A próxima dívida é o Saneamento Financeiro, também feito em 1987, uma dívida contraída junto ao Banco do Brasil, que foi um programa do Governo Federal para sanear as finanças do Estado naquela ocasião. A Lei 9496 é o Saneamento do BANESTADO onde coloca-se na coluna de administrações anteriores e posteriores porque, como já esclarecido, o problema que levou à necessidade saneamento do BANESTADO não é um problema único e exclusivo do Governo Jaime Lerner e sim de todos os governos que tiveram a administração perante aquele Banco.

A próxima dívida, também de títulos públicos, que foi o refinanciamento feito dos títulos públicos emitidos em 1990, na ordem de 460,3 milhões ou 5,1% da receita total, que gostaria, com relação a estes títulos públicos, também tecer algumas considerações que julgo importantes.

Faço isto porque, com relação ao refinanciamento dos Títulos Públicos do Estado do Paraná, operação que não foi realizada em tempo algum durante o Governo Jaime Lerner, cabe tecer estas considerações: a emissão destes papéis ocorreu em 1990 para que o governo da época pagasse precatórios atrasados. Do total emitido, 74,5 milhões de dólares, em moeda corrente da época foram utilizados para pagamento de certidões de créditos fornecidas aos empreiteiros e que estavam vencidas junto ao BANESTADO.

Portanto, uma dívida foi criada, pelo governo de então, para pagar atrasados, isso é, serviços contratados sem o devido lastro financeiro do Caixa do Tesouro.

Ressalta-se ainda, com relação a isto, que no período de 1987 a 1990, o governo estava movimentando 33,9% da receita total em antecipação de Receita Orçamentária. Estes dados constam dos balanços apresentados à Assembléia Legislativa referentes a este período.

Na prática o Governo de então sacava futuro para fazer frente a despesas do presente. Isto mais uma vez demonstra a dificuldade financeira que enfrentava o Estado na época. Não se pode dizer, portanto, que aquela maneira de governar foi voltada à recuperação das finanças do Estado.

Volto ao quadro para continuar a demonstração da real composição da dívida do Estado do Paraná. Caixa Econômica pró-moradia, é um financiamento de 95, de 58,9 milhões, representando 0,6% do saldo da dívida, é um programa que está sendo ainda executado pela Secretaria de Política Habitacional do Governo Jaime Lerner. Caixa Econômica Federal, PNAFE, é um programa nacional de reestruturação da administração fazendária,

um recurso que foi conseguido pela Secretaria da Fazenda junto ao BID em 1997, onde já foram aportados 1,6 milhões de um total que ainda será aportado de 40 milhões, que é um programa de reestruturação do fisco que tem possibilitado ao aumento progressivo da nossa arrecadação ao combate a sonegação. Caixa Econômica pró-saneamento é um recurso também de 1998 da ordem de 4,6 milhões de reais já aportados, representando apenas 0,1% da dívida toda, um programa que também está sendo executado junto a superintendência, a SUDERSE.

A Lei 9424 é o FUNDEF. O Governo Federal ao aprovar o FUNDEF retira do Estado mensalmente 15% de seu ICMS, devolve uma parte disto e tem ocasionado uma perda da ordem de 78 milhões por ano ao Estado. E o ano passado, numa gentileza do Governo Federal, ele nos refinanciou uma parte desta perda em 56,4 milhões, ou 0,6% da Receita total. A próxima dívida é do INSS, é uma dívida que foi se avolumando com a passagem do celetista para estatutário e esta dívida hoje que está, inclusive, parcelada junto ao INSS importa em 22,2 milhões de vários períodos e 2,7 milhões de períodos anteriores a 1995. Isto nos dá um sub-total da dívida interna de 1 bilhão 672, 5 milhões ou 18,4% do período anterior a 95 e de 143 milhões, 700, representando 1,6% no período do Governo Jaime Lerner.

O próximo bloco refere-se à dívida externa. São altamente conhecidas desta Casa, é o BID 2, de 1979, o BID Pró-Rural, de 1981, o BID 3 de 1984, o BIRD PEDU de 1988, o BIRD Paraná Rural de 1989, o BID 4 de 1992, o BIRD PROSAN de 1992 e o BIRD PQE de 1994 e ainda temos os programas novos que estão em andamento que são o BID Paraná Urbano de 1996, o PROEM de 1997, o BIRD 12 Meses também de 1997 e o OECF PARANASAN de 1998. Temos um total assim da dívida fundada de cinco bilhões, setecentos e setenta e dois milhões e trezentos mil reais, dos quais 26,3% advinda de governos anteriores a 1995; 30,8% do saneamento do BANESTADO; e apenas 6,2% com relação ao Governo pós 1995.

O último bloco de dívidas é a famosa dívida flutuante, ela está representada por restos a pagar que constam dos nossos balanços de precatórios de 95, 96, 97, 98 e os restos a pagar ainda de 95, 96, 97, 98 e coloca-se também, embora não seja uma dívida flutuante, coloca-se a dívida com os títulos comprados do Estado de Alagoas, de Pernambuco, de Santa Catarina, de Osasco, de Guarulhos, que foi adquirido em 1998, que já foi objeto de explicação pelo Banco a esta Casa de Leis. Isso perfaz então, senhores, em 30 de junho de 99 uma dívida total de nove bilhões, cento e doze milhões, dos quais quatro bilhões, novecentos e trinta e nove e quinhentos é exclusivamente de dívidas adquiridas ou contratadas em governos anteriores a 1995.

Então, somente de um bilhão, trezentos e sessenta e três milhões e quinhentos, ou 15% de dívidas e financiamentos contratados a partir de 1995.

Quanto ao episódio dos precatórios, quero ainda fazer uma ressalva de duas maneiras, primeiro que neste volume enorme de precatórios conta o precatório da C.R. Almeida, relativo à Central do Paraná, Construção de Estrada de Ferro Central do Paraná, cuja ação iniciou nos idos de 1975, e que herdamos em 1995, já o ingresso desse precatório, início do ingresso desses precatórios que constam neste volume estupendo e impagável de precatórios. Quanto a esse aspecto o Estado movimenta uma ação junto à União Federal, eram duas ações, uma relativa à consultoria da estrada de ferro Central do Paraná, a qual já foi obtido êxito em última instância, e a União já honrou o pagamento; e uma outra que está em julgamento no Supremo Tribunal Federal, onde o Estado demonstra que a origem desta dívida não é do Estado e sim da União, a qual inclusive, Senhor Presidente, já fez a privatização dessa estrada e entregou à iniciativa privada. Mas cumpre esclarecer ainda que dos mil quinhentos e cinquenta precatórios pendentes de pagamento de que compõe a dívida flutuante, mil quatrocentos e noventa e cinco, ou 97%, Senhores Deputados, têm origem em ações julgadas antes do período do Governo Jaime Lerner. Mesmo assim o Governo Jaime Lerner no período de 95 a 98 pagou setenta e quatro milhões, noventa e nove mil e seiscentos dólares de precatórios civis da administração direta, contra doze milhões, seiscentos e quatro mil e seiscentos e setenta e três dólares pagos no período de 91 a 94. Converto em dólar para demonstrar, uma moeda estável, e o disparate dos pagamentos efetuados. Isto porque, aqui é preciso registrar um agravante que confirma a face perversa da inflação e o dano à coisa pública, conseqüente de uma certa maneira de governar. Todos os precatórios pagos entre 91 e 94, não consideraram os juros e a correção, até a data do seu efetivo pagamento. Isso significa dizer, na prática, que a grande maioria dos precatórios novos gerados a partir de 1995, foram originados no recálculo dos precatórios antigos, pagos pelo valor de face, são os famosos filhotes de precatórios.

Creio, Senhores Deputados, que pelo exposto, fica claro como a dívida progrediu até chegar aos atuais níveis. Não bastasse as dívidas deixadas pelos antecessores do atual governo, a elas ainda temos de adicionar medidas temerárias, reveladoras de uma certa maneira de governar, adotadas por aqueles governantes. Primeiro: a transformação repentina de 50.948 funcionários celetistas em estatutários, em 1992 e o impacto crescente sobre a folha de pagamento de ativos e inativos. Segundo: a extinção de 1993 do Fundo de Previdência e a dilapidação do seu patrimônio, para cobrir deficiências de caixa, da então combalida situação financeira em que se encontrava o Estado na época.

Cabe aqui ressaltar que se esse fundo não tivesse sido irresponsavelmente extinto, o seu patrimônio atual, com o que tinha sido capitalizado e com o que seria capitalizado, equivaleria hoje a dois bilhões e oitocentos milhões de reais.

Terceiro: o reajuste de 16% concedido em dezembro de 1994, a vigorar a partir de janeiro de 95, medida que provocou acréscimo no comprometimento da receita corrente líquida com a folha de pagamento, de 63, conforme consta, no balanço de 94, para 73%, em 1995.

Apesar de todo o legado de débitos e dificuldades financeiras que recebeu, o Governo Jaime Lerner tem agido com a mais absoluta responsabilidade e transparência na condução das finanças do Estado. Com denodo e coragem tem adotado medidas sérias e inovadoras, que representam soluções definitivas para os problemas herdados.

A dívida mobiliária, de quatrocentos e sessenta milhões, conforme vimos anteriormente no quadro, contraída junto à União, por exemplo, foi renegociada pelo atual governo em termos absolutamente favoráveis, com prazo de trinta anos e juros de 6% ao ano, dívida esta, como já demonstrada, originada em 1990.

O Fundo de Previdência do Funcionalismo, solução pioneira encontrada pelo Paraná e que vem servindo de modelo para outros Estados, vai garantir o pagamento das aposentadorias e pensões, estancando aquela, que é atualmente, Senhores Deputados, a maior sangria de recursos públicos, os gastos previdenciários.

O funcionamento do PARANAPREVIDÊNCIA constitui-se num dos mais importantes itens da reestruturação do Estado, garantindo a esta e às futuras administrações uma condição privilegiada na gestão das contas públicas. E o PARANAPREVIDÊNCIA é apenas um dos itens do ajuste fiscal, implementado pelo Governo Jaime Lerner, ajuste este que se dá em dois níveis: redução das despesas e aumento das receitas. No primeiro caso estão as medidas adotadas pelo famoso CRAFE - Conselho de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, que é o órgão responsável pela aplicação do ajuste fiscal do Estado do Paraná.

No segundo caso, o aumento das receitas, devo citar o amplo combate à sonegação que a Secretaria de Estado da Fazenda vem executando, e os resultados desse trabalho sério, desenvolvido pelo bravo corpo de fiscais da Receita Estadual, começam a aparecer. No primeiro semestre, deste ano, o Paraná obteve um aumento de arrecadação de ICMS da ordem de 10% ou 2,15% de reais, descontada a inflação, uma marca histórica, enquanto a maioria dos Estados brasileiros amargou quedas na arrecadação. São Paulo, no mesmo período, teve 16% de queda, na sua arrecadação.

O amplo esforço de recuperação do Estado, levado a cabo, desde a primeira administração Jaime Lerner, dá ao Paraná, hoje, a condição privilegiada de ser um dos poucos Estados do país a manter em dia a folha de pagamento. O Paraná hoje, apesar das dificuldades, é um Estado solvente. De 1995 até agosto último, já pagamos um bilhão e oitocentos milhões de reais em serviços da dívida interna e externa. O Governo Jaime Lerner é adimplente e goza de elevado conceito perante as agências financiadoras nacionais e internacionais! Já investiu,

desde 1995, dois bilhões e oitocentos e oitenta milhões de reais que se transformaram em escolas, postos de saúde, creches, delegacias, escolas rurais, pontes estratégicas, entre outras obras importantes, que traduzem uma maneira de governar, Senhor Presidente, que prioriza a qualidade de vida de seus cidadãos.

Mas muito há que se fazer, a Lei Kandir provocou, desde 1997, um prejuízo de quinhentos e dez bilhões ao Estado. A ela vieram somar-se a redução dos sessenta bilhões dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, provocada pela implantação do Fundo de Estabilização Fiscal, o famoso FEF, que atinge, não só o Estado mas os Municípios Paranaenses. E a perda de arrecadação de ICMSs, gerada pelo Fundo Nacional de Valorização do Ensino Fundamental que chegou a cento e quarenta milhões de reais, nos últimos dois anos.

Temos, portanto, um prejuízo, uma falta de aporte de recursos, num total de setecentos e dez milhões de Reais, dinheiro suficiente para o equilíbrio econômico do estado do Paraná.

A estes fatos veio somar-se a turbulência, ocorrida no País, a partir do segundo semestre de 1998, em virtude das crises da Ásia e Rússia. Instalou-se um clima de incerteza com a conseqüente alta das taxas de juro e de câmbio, com impacto negativo, nas contas do Estado.

Houve equilíbrio nos fluxos de receita e despesa, ocasionando dificuldades inesperadas ao Governo, que não afetaram, contudo, o pagamento de compromissos fundamentais, como a folha de salários.

A próxima grande batalha do Governo do Paraná, dentro de ajuste das contas públicas, será a defesa da reformulação da Lei Kandir. Não houve incremento global das exportações com a desoneração de ICMS, mas apenas a migração de produtos semi-elaborados e industrializados, para o de produtos primários, em prejuízo do País, incentivando a exportação de matérias-primas, in natura e desencentivando a adoção de valor agregado, e em conseqüência, aumentando o desemprego.

Temos a certeza, Srs., que o Governo Jaime Lerner, entregará a seu sucessor um Estado equilibrado financeiramente e economicamente, em virtude, quer da correção de erros de Governos passados, quer dos frutos da transformação promovida na base produtiva Paranaense. efeitos altamente positivos das ações adotadas por esse Governo, que já se fazem sentir em todo o Estado, como demonstram os índices crescentes de emprego, produção e arrecadação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Conforme preceitua nosso § 3º encerrada a exposição do Sr. Secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previa-

mente não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, a exceção do autor do requerimento.

Primeiro orador inscrito Deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Ilustre Secretário Giovani Gionédís e demais Secretários que nos honram com a sua presença nesta reunião, a equipe técnica da Secretaria, demais presentes, nosso amigo Rafael Iatauro, do Tribunal de Contas, demais autoridades presentes.

Primeiramente, assegurar ao Secretário Giovani Gionédís, que esta Casa unanimemente, nada tem contra o Governo Jaime Lerner, muito menos contra a atuação de vossa pessoa, frente com a sua equipe a uma das importantes pastas do Governo do Estado.

Temos isso sim, Sr. Secretário, um requerimento aprovado em agosto deste ano, que regimentalmente deveria ser cumprido dentro das normas do nosso Regimento, não foi. Primeiro pelo ex-Presidente nosso querido e saudoso amigo Anibal Khury, que trazia realmente uma posição, na qual tínhamos, de que o Secretário viria a esta Casa.

O atual Presidente assim o fez, e trouxe a nós a sua presença. De acordo com dados oferecidos pela sua pessoa, quatro administrações anteriores, quatro ex-Governadores de 79 a 95, portanto 16 anos, fizeram 50% da dívida estampada nos números. Em quatro anos e pouco essa dívida, estampada nos mesmos números a que se encontra.

Mas, formulamos duas perguntas a V. Exa. Primeira delas: Desde que o Governo teve a feliz idéia de transferi-lo da Casa Civil, a Secretária de Finanças, parece que o Paraná acordou. O Paraná teve nas suas mãos e nas mãos da sua equipe um basta, daquilo que só podia gastar realmente, o que poderia ser feito.

O Paraná foi um novo Paraná nas suas mãos na Secretaria de Finanças quando não só o CRAF, mas as determinações feitas através da sua pessoa, de que ouvíamos os rumores que foi com a sua entrada que o Paraná começou a se alinhar dentro das finanças do que era arrecadado.

Mas queremos, nessa segunda pergunta, dirigir à sua pessoa sobre os créditos que estão protocolados dentro da Secretaria, o que representa esses créditos de diversas firmas. Créditos de ICMS, que contaminam o erário público, principalmente aqueles que na Justiça ganham as suas razões e o Governo do Estado é obrigado, ao invés de recolher, creditar os créditos oriundos de outras atividades.

Tenho um exemplo, que V. Exa. conhece muito bem, da BRADISA, não só no nosso Estado do Paraná, mas em todos os Estado da Federação, dando uma amostra da contaminação do erário público em meses futuros.

Quero adiantar que, representamos o povo do Paraná, seja Situação ou Oposição, queremos o bem da família paranaense. Não julgamos os erros do passado, mas queremos corrigir o presente para termos um futuro muito melhor.

Muito obrigado!

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Luiz Carlos Zuk, antes de responder o seu questionamento, queria fazer justiça a memória do meu particular amigo, ex-Presidente desta Casa Deputado Anibal Khury.

Não é verdade que ele não buscou o meu comparecimento nesta Casa. Quero dizer a V. Exas. que saindo deste Plenário retorno a Brasília, porque estamos enfrentando uma oposição severa de nossos representantes naquela capital.

O Deputado Anibal Khury marcou várias datas, uma das quais, a data de seu internamento.

Não posso deixar de registrar que o Deputado Anibal Khury tentou desde o primeiro momento da aprovação desse requerimento, a minha vinda à Assembleia Legislativa.

E a não vinda nesse prazo não foi por qualquer ato de desrespeito, foi por necessidade premente do equilíbrio econômico das finanças do Estado e o Trabalho que tenho desenvolvido junto à Capital Federal em conjunto com o Secretário de Estado de Governo, Dr. José Cid Campêlo.

A Lei Kandir que possibilitou o crédito de bens de ativos e o crédito de bens que são exportados ao exterior, efetivamente, trouxe esse enorme prejuízo ao Estado do Paraná.

Quando falei que a perda do Paraná com a Lei Kandir é de 510 milhões de Reais no período de 1997 a setembro de 1999, baseia-se nessas perdas dos créditos adicionais acumulados.

Só para exemplificar: em 1997 a exoneração das exportações trouxe uma perda de 385 milhões de impostos. Os créditos acumulados, apropriados após a Lei Kandir 121 milhões, que ocasionou uma perda bruta de 507 milhões em 1997.

E só foi ressarcida pela União, Deputado Luiz Carlos Zuk. O Estado teve uma perda líquida de arrecadação em 1997 de 262 milhões que é dinheiro que deixou de entrar nos cofres públicos.

Quero dizer a V. Exa. que este Secretário participou, dia 09 de novembro de 1999, da 4ª reunião da Comissão de Estudos e Revisão da lei Complementar nº 87/96, Lei Kandir que, conjuntamente fazem parte da Comissão os Estados da Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Alagoas, é uma comissão formada pelos senhores governadores, onde Secretários da Fazenda só estão preparando o campo técnico, onde foi elaborado um documento dirigido à Casa Civil da Presidência da República e que vai embasar a discussão dos governa-

dores, do próximo dia 22 de novembro de 1999, em Maceió, que diz esse documento:

“Que os secretários de Estado, considerando que o mecanismo do seguro-receita não estimula o esforço próprio com a arrecadação, contribuindo para o aumento do déficit público o modelo instituiu em 87, 96, provocou um grave impacto no montante das receitas, inclusive com perdas desigualmente distribuídas entre as unidades federadas, propõe a substituição do seguro receita, pela implementação do mecanismo permanente de cobertura das perdas efetivas por parte da União decorrentes da desoneração e da manutenção integral dos créditos de bens do ativo permanente de energia elétrica e de serviços de comunicação.”

Queremos dizer mais, Senhores Deputados, ainda colocamos que se for impossível à União, por deficiência de caixa, aportar recursos que cubram a totalidade da perda do Estado, que pelo menos se mude o crédito referente aos bens ativos. Porque São Paulo, ainda como Estado mais industrializado do país, nos três primeiros anos não recebeu nada da Lei Kandir, porque só de crédito de bens de ativos adquiridos pelo Parque Industrial de São Paulo, o Paraná nesses 3 anos, teve que suportar 390 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Luiz Carlos Zuk, tem três minutos para a sua réplica.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Vossa Excelência demonstra uma parte que não fez no seu pronunciamento daquilo que nós conhecemos de perto, através do Conselho Parlamentar do Sul - COPASUL e, principalmente, neste espaço exíguo de tempo, queria dizer a Vossa Excelência, que nós estamos de perto vendo que isso realmente contaminou as finanças do Paraná e estamos pronto para cobrar do Governo Federal aquilo que ele deve, não ao nosso Estado, mas deve à nossa família paranaense que acreditou e deu mais um mandato ao atual Presidente.

Finalizo Senhor Secretário, dizendo que os precatórios, quando Vossa Excelência fala dos filhotes do precatório, nós que exercemos a função de prefeito de Ponta Grossa até o dia 30 de julho, 1º de agosto, somos obrigados a informar o Poder Judiciário, do montante a ser inserido no futuro orçamento analítico, do valor do precatório.

E o Tribunal de Contas, aqui, não permite que coloque como tinha no passado juros e correção monetária. Daí é que surgiu o que Vossa Excelência conhece de perto, pela profissão que exerce e pela capacidade que possui, que os filhotes dos precatórios deram outra contaminação ao Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Senhor Secretário Giovani Gionédís, com a palavra.

**O SR. SECRETÁRIO GIOVANI GIONÉDIS**

Agradeço as palavras do Deputado. Acho que todas as considerações que lhe cabia foram feitas Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito, com a palavra Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor Secretário Giovani Gionédís, o senhor perdoe mas sou obrigado a contraditá-lo.

Não sei como, ou os números que o senhor tem, as informações que o senhor tem em mãos não são as mesmas fornecidas pelo Banco Central e nem são aquelas que constam dos balanços fornecidos pelos governos anteriores e pelo atual governo que se encerrou no ano de 1998, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Vamos um pouco aos números e nem relativos aos números do Banco do Estado. No ano de 98 a receita corrente, Vossa Excelência sabe o que é receita corrente: é o ICMS, receita tributária, receita de contribuição, receita patrimonial, receita agropecuária, industrial e de serviço.

A receita corrente do Estado do Paraná de 98 - conforme balanço publicado - é de 4 bilhões 866 milhões e alguns reais. Pois bem, a receita corrente, Senhor Secretário, do ano de 94 é de 1 bilhão (isso é dólar - porque o real era um para um), a receita de 94 foi corrigida em 1 bilhão 775. Somente com a folha de pessoal, Secretário Gionédís, tivemos um acréscimo. Hoje o Estado do Paraná está comprometido 68% com pessoal, conforme os dados do Tribunal de Contas e os balanços que vossa Secretaria fornece ao Tribunal de Contas, publicados no Diário Oficial, 68% estão comprometidos com a despesa de pessoal. No ano de 98 foi gasto com pessoal: 3 bilhões 291 milhões de reais. Comparativamente a 94 o gasto foi, com pessoal, de uma receita corrente de 1 bilhão 700 e pouco, a despesa de pessoal 655 milhões de reais.

O que quero dizer com isso? Até 94, somente o ICMS, que é o imposto base da arrecadação do Estado do Paraná, somente com o ICMS paga-se 64% da folha de pessoal. E isso contando com os 50 mil funcionários públicos que V. Exa. diz que tiveram que ser incorporados, celetistas, para o Quadro de Regime Único no Estado do Paraná, e pagando os aposentados, em dia, como estava sendo pago até então. Acho que não dá para sofismar. Ou nós queremos aqui identificar os problemas reais do Estado do Paraná e tentar construir um Estado de futuro, que as futuras gerações tenham condições de ter uma prestação de serviços do ponto de vista da distribuição de renda, serviços públicos que garantam qualidade de vida com saúde, educação, infra-estrutura do Estado para o desenvolvimento. Ou nos aprofundamos de uma forma honesta sobre os números ou vamos fazer tergiversações a respeito dos números, tentando confundir.



Gostaria de saber, qual foi a razão? Foram os 10 mil aposentados? Celetistas, que, na sua grande maioria, ganham até 300 reais por mês? São esses aposentados, os 15 mil aposentados que de 94 para cá se aposentaram e que fizeram com que a folha de pagamento do Estado do Paraná, pulasse de 655 milhões para 3 bilhões e 294 milhões de reais? Onde está essa mágica? Não há inflação que justifique isso! Não há aposentadoria do serviço público, 80% que ganha péssimos salários, porque os celetistas não são professores estatutários, os celetistas não estavam no quadro de serviço público ganhando todas as benesses. E aqueles que passaram, não passaram para as escolas, continuam sendo celetistas e hoje estão contratados pela PARANAEDUCAÇÃO.

Este é um ponto inexplicável: como que a folha de pagamento do Estado ficou comprometida de maneira brutal em relação à sua receita? Toda a arrecadação do ICMS não cobre a folha de pagamento do Estado do Paraná.

Outra que não posso deixar passar é Vossa Excelência transferir ao Banco do Estado do Paraná, o endividamento brutal, trinta e poucos por cento da dívida atual de quase 8 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Secretário Giovani Gionédís.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Vanhoni, fico muito triste porque V.Exa. tem origem bancária e quero esclarecer aos Senhores Deputados que nenhuma comparação financeira, quer por governo municipal, quer por governo estadual, quer pelo Banco Central tem sido calcada e baseada no ano de 1994. E é muito simples explicar 1994 foi o ano que vigorou a URV. Tivemos meio ano com inflação, tivemos meio ano sobre a égide, não de uma moeda, mas de um desindexador, e Otaviano, que ainda é o diretor responsável pelo orçamento pode esclarecer com mais propriedade para Vossas Excelências. Houve uma divisão nos números, por 2.750 cruzeiros, todos os números foram divididos por 2.750 cruzeiros, efetivamente, Senhor Presidente, sofismando com os números não se pode chegar a dizer que 94 se arrecadou 1 bilhão, e em 95 se arrecadou 3 bilhões e em 98, 4 bilhões. Não tem lógica, porque os números partem de premissas que não são corretas, Deputado Vanhoni, não se pode fazer essa comparação, a comparação que tem que ser feita é a comparação percentual, a Folha, e 1994, representou 63% da receita corrente líquida. A folha, em janeiro de 95, com aumento de 16% no ano de 85 passou a 73% da

receita corrente líquida, quer dizer, não há como se configurar esses números.

Por outro lado, a despesa com pessoal é tratada por V. Exa. de 680 milhões, é uma despesa que abrange só o vencimento dos ativos, a despesa com pessoal constante, do balanço entregue na Assembléia em 1994 é da ordem, empresas e encargos, de 980 milhões de Reais, e assim sucessivamente.

Com relação a possível aumento de pessoal, Deputado Vanhoni, até gostaria de que o Estado tivesse feito esse grande benefício aos valorosos servidores.

O Governo Jaime Lerner procurou, ao longo do seu tempo recuperar alguns salários, assim o foi com a classe dos professores, com os policiais militares. Senhor Presidente, o Paraná foi um dos únicos Estados do Brasil onde não houve rebelião dos policiais militares porque não passava pela cabeça do Governador colocar um revólver 38 na mão de um soldado da polícia militar, e colocar esse soldado na rua, um soldado que ganhava 146 Reais por mês de vencimento líquido.

Ainda temos muito a fazer, temos uma classe no Estado do Paraná que ainda é muito penalizada, que é do quadro geral, onde temos servidores que ainda ganham líquido a importância de tão somente 140 Reais.

Deus assim o quisesse, que tivéssemos podido ter feito a transformação dos números para que a nossa folha tivesse crescido efetivamente 300% como quer imputar o nobre Deputado.

Infelizmente, Senhor Presidente, o ano de 94 não serve para qualquer parâmetro em relação a qualquer outro ano de discussão financeira.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, isonomia, o senhor apertou o botão para mim, devia ter apertado também para o Secretário. Tenho cinco minutos, porque o Secretário falou cinco minutos.

Infelizmente, Secretário, o RV vale para despesa e vale para receita, vale para os dois de 94. A comparação é correta, Vossa Excelência fez inúmeras comparações durante a explanação de 30 minutos com todos os anos, sobre todas as dívidas, sobre as diversas ordens de grandeza na sua explanação.

Então, é preciso se fazer a comparação para que a gente entenda o que está acontecendo.

Quero falar a respeito do Banco do Estado. Tem um documento enviado, o senhor conhece muito bem o Sr. Paulo Zaque, que foi Diretor do Banco Central, eu tenho um documento enviado ao Paulo Zaque por Vossa Excelência.

Esse documento diz o seguinte, isso data-base 31 de agosto de 1997, Senhores Deputados:

“Valor do ajuste apurado pelo Banco Central, um bilhão e oitocentos e setenta e cinco milhões, redução nos termos do ofício, 89 milhões, ficou um bilhão 786.

Recursos a serem aportados em termos do protocolo de ajuste fiscal entre a União e o Estado do Paraná, firmado em 30 de setembro de 1997”.

Esta Casa votou esta Lei e foi firmado esse protocolo como está aqui o documento que Vossa Excelência assina, está aqui a sua assinatura.

Em relação ao Banco do Estado: 633 milhões de reais, perfazendo um subtotal de um bilhão, cento e cinquenta e três. Isso demonstra, esses documentos todos e a Assembléia sabe disso e o povo do Paraná sabe disso, que a dívida do Banco do Estado do Paraná, até 1997, o que os encargos entre a União fazendo encontros de contas entre a União e o Governo do Estado do Paraná, seria de 633. Além disso, Vossa Excelência manda o seguinte recado para o Banco Central, olha só o que o senhor diz: Em complemento proposta do Banco o Estado do Paraná, protocolada na data de hoje. A capitalização a ser promovida pelo Estado do Paraná, no prazo a ser estabelecido, em conjunto com o banco Central através de aumento de capital do Banestado, por si o saneamento da instituição, cujo montante está estimado em 341 milhões de reais, resultante da necessidade de ajuste prévio pelo Banco Central”. Pois bem, além disso Vossa Excelência diz o seguinte, continua: “Em garantir o cumprimento da capitalização o Governo do Estado do Paraná oferece em caução ações da Companhia Elétrica Paranaense negociadas em bolsa de valores, tendo como cotação em 04.12.97 os seguintes valores: ON 13.30 / PN 16.20.

Resta finalmente esclarecer que o Estado do Paraná possui, livre e desembaraçada para a venda, 48 bilhões de ações preferenciais, que não tinham sido vendidas nem a A nem a B, da Empresa de energia Elétrica.

Vossa Excelência fala dos problemas antepassados do Banco do Estado do Paraná. Eu tenho aqui documento confidencial do gabinete do Governador do Estado do Paraná, assinado pelo Senhor Jaime Lerner.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vossa Excelência tem mais um minuto.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor Presidente, o Secretário falou durante cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

São três minutos, na réplica são três minutos, Deputado Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

O Secretário tem cinco minutos?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Secretário tem cinco para responder, Vossa Excelência tem cinco para perguntar.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Mas, é na réplica?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Na réplica, três para cada um.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Eu tinha que ter cinco para perguntar, mas tudo bem.

Olha aqui, veja bem Secretário, documento do Governador do Estado do Paraná, assinado e mandado para o Banco Central, o Senhor Jaime Lerner:” Saldos em créditos liquidação 87 milhões; saldos em créditos compensados em prejuízos 268 milhões. Soma do crédito de liquidação com o CCP 355 milhões.

E o CDI do BADEP, o tão falado BADEP das administrações anteriores, de José Richa, de Jaime Canet, de Álvaro Dias, de Roberto Requião, 150 milhões de reais”.

Quer dizer, se formos parar e discutir com pausa, vamos ver que os números não são exatamente esses que Vossa Excelência apresentou. O endividamento, hoje, do Banco do Estado que o povo do Paraná vai ter que pagar são cinco bilhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Senhor Secretário tem três minutos.

**O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Senhor Presidente, até vou fazer uso de menos tempo, até porque eu peço ao Deputado Vanhoni, que é funcionário do BANESTADO, que peça a Dona Elhoti, que é técnica responsável pelas correspondências junto ao Banco Central, para que forneça, não precisa conseguir documento confidencial por meios ilícitos, faço questão que ela forneça ao Deputado todos os ofícios que foram por mim assinados ao Dr. Paulo Zaque.

Efetivamente quando assumi a Secretaria da Fazenda, em julho de 1997, falava-se, pela administração do Banco do Estado, em saneamento do banco, que importava naquela ocasião, em aportar 50% e a união aportar 50% de recursos.

Ora, isso só seria possível se os números fossem verdadeiros. constatou-se depois, por diversas auditorias, que aqueles números não e tratavam a verdade. Isso foi esclarecido e deve ter nos anais desta Casa, quando eu vim defender a privatização do Banco do Estado do Paraná, onde coloquei que o Estado partia da privatização porque os números que tinham sido verificados não eram aqueles que nos teriam sido apresentados. E outros ofícios, Deputado Vanhoni, posteriores a este, foram encaminhados também ao Dr. Paulo e devem fazer parte do dossiê de privatização constante no Banco do Estado.

Quero dizer mais, o Estado do Paraná recebeu o banco num momento de grande dificuldade e acho até que poderia até imputar a quem foi o ex-Presidente do banco que não deveria ter recebido o Banco porque o Banco Central, em 31 de dezembro de 1994, fazia a intervenção no BANESPA e no BANERJ, e queria fazer no BANESTADO.

Venderam ao Governador que ele poderia recuperar o Banco. O Estado aportou no primeiro ano de Governo, trinta milhões de capital no Banco.

Não se aporta capital quando o banco está com a sua saúde financeira em ordem. E isto ocasionou a necessidade de privatização, que já foi esclarecida nesta Casa, inclusive a lei aprovada por Vossas Senhorias tem o valor da privatização: três bilhões, num total, na época, de quatro bilhões e cem. Total este, que em data de hoje, num valor corrigido que me passou o BANESTADO, já importa algo em torno de quatro bilhões e novecentos, dos quais uma parcela, que a imprensa divulgou hoje, ainda não veio, setecentos e noventa milhões serão para o Estado adquirir os ativos podres colocados pela extinção do BADEP no BANESTADO. O Estado estará recebendo na próxima semana, setecentos milhões de ativos podres da extinção do BADEP que foram repassados ao BANESTADO e que agora, para sanear o Banco - e sanear é curar - vamos ter que assumir.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhor Secretário.

A sociedade paranaense hoje acorre a esta Assembleia para acompanhar uma discussão que entendemos extremamente importante ao Paraná. Nos queixamos do tempo que o Regimento nos impõe, porque cinco minutos tira as questões mais importantes, para que pudéssemos fazer uma involução do que realmente está acontecendo com o Paraná. Na nossa avaliação, este Governo conseguiu levar uma dívida que contestamos, de um bilhão e trezentos e noventa e cinco milhões, para quase doze bilhões, no exercício de 1999.

O Secretário Gionédís vem a esta Casa - já com algum tempo de atraso, mas de qualquer forma agradecemos a sua presença - traz uma tabela que tem como escopo explicar a composição da dívida do Estado do Paraná. E, neste quadro temos alguns valores com os quais não concordo e quero dizer até que este quadro foi maquiado, porque então não vamos ter condições de acreditar nos balanços que estão anteriormente publicados pelo atual Governo, em que a dívida flutuante nossa em 95, 94, a dívida interna era de 797 milhões e a dívida externa era de 464 milhões, e Vossa Excelência apresenta estas dívidas como a interna no valor de 1 bilhão, 672 milhões e a dívida externa de 722 milhões.

Ou será - pergunto a Vossa Excelência - que o Governo Canet, que o Governo Richa, que o Governo Álvaro, que o governo Requião, continuam ainda sendo responsáveis pela gestão da coisa do Estado, porque o balanço e os dados que Vossa Excelência tem que trazer a esta Casa são os dados compilados dos balanços, porque estes governos não são responsáveis pelos resultados, efeitos da administração futura. Se numa administração macro-econômica da dívida do Estado não se tomaram as medidas adequadas, e em função disso a dívida foi elevada, se em função destes quadros temos um fator que transpõe este período, evidentemente não podemos

aceitar este quadro, como também não podemos aceitar, Senhores Deputados, um valor de 2 bilhões e 800 milhões lançado neste quadro como sendo, Deputado Vanhoni, 30% da dívida, 30.8 da dívida do Estado, onde seremos responsáveis, os governos anteriores também pelo rombo da BANESTADO Leasing, BANESTADO Reflorestadora, Corretora, porque o cálculo que Vossa Excelência traz aqui nesta tabela imputa responsabilidades aos governos anteriores destes fatos e evidentemente não podemos aceitar estes dados.

Vossa Excelência fala que o Deputado Vanhoni precisava ter uma informação, não precisava pegar de outra forma e eu, tristemente, sou obrigado a admitir que o senhor tem razão, mas se houvesse a aprovação dos requerimentos de informações por esta Casa, teríamos condições de ter respostas e documentos nas mãos.

Vossa Excelência, com relação à Lei Kandir, só traz as dificuldades, mas não traz o que possibilitou ao Paraná. Vossa Excelência faz isso e faz isto também com relação ao caixa.

Ora, dos 468 milhões que este quadro traz que depois preciso fazer uma verificação, Vossa Excelência acusou que o Governo não poderia fazer empenho sem o competente recurso.

Perguntaria qual a razão e como o Governo de Vossa Excelência está contabilizando e para obter os déficits que subsequentemente temos obtido de 254 milhões e 790 mil, de 2 bilhões e 380 milhões e de 1 bilhão e 809 milhões até o mês de agosto?

Seriam estas as perguntas.

Muito obrigado.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Senhor Deputado José Maria Ferreira, queria colocar que mais uma vez Vossa Excelência usa como parâmetro o ano de 1994. Quero dizer que este quadro, Deputado, não está maquiado. Este quadro é a posição da dívida constante do Banco Central, do balancete do Estado em 30 de junho de 99, porque é a origem dos seus contratos. Não tem maquiagem nenhuma. Inclusive temos um outro documento aqui que nos informa dívida por dívida, qual a forma de correção e qual a taxa de juro que ela foi contratada.

Agora, quero mais uma vez frisar aos senhores o seguinte: 1994 não é parâmetro, mas vamos utilizar este parâmetro fictício. Parece que queremos só sofismar. Não queremos chegar à verdade. Então, vamos pegar a dívida que consta do balanço, de 1 bilhão, 251 milhões, 156 mil, 862 reais, que são desses contratos, que depois eles vieram, alguns sendo amortizados, outros sendo corrigidos.

O dólar. O dólar, para não constar mês a mês, para não complicar muito o cálculo, em 31 de dezembro de 94 era mais ou menos 0,97; o Plano Real estava no seu auge, e o real era moeda mais forte que o dólar. Se fizermos essa simples divisão e multiplicarmos por um dólar algo em torno de 1,90, vamos convertendo esse valor do bal-

anço multiplicado pelo valor do dólar de hoje, essa dívida então estaria em dois bilhões e meio de reais, mais ou menos.

Então, não posso me basear em sofismas, tenho que me basear em números. Agora, o déficit orçamentário, meu nobre Deputado, coloquei com muita propriedade, temos num orçamento um precatório de 1 bilhão e novecentos referente a Central de Estrada de Ferro do Paraná, e que na ocasião, inclusive discutindo com o Relator do Projeto na Assembléia, fizemos constar como fonte 07, ou seja, fonte de recursos federais, porque efetivamente, meu nobre Deputado, o Estado do Paraná não tem condições, não terá condições e não efetuará o pagamento deste valor da Estrada de Ferro Central do Paraná, porque somadas as dívidas, os precatórios, só do C. R. Almeida, já importam hoje algo em torno de 2 bilhões e duzentos milhões, sem se aplicar qualquer correção, o que é impagável. Aí porque o Estado está discutindo judicialmente junto ao Supremo Tribunal Federal, tenho comparecido àquela corte, e aí me valho da minha ex-profissão, e que um dia ainda voltarei a advogar, que é aquilo que gosto de fazer, me valho desta condição e tenho discutido com o Ministro que está com vistas do processo junto com o Procurador Geral do Estado, para que ele, em nome do Estado do Paraná, julgue definitivamente a matéria, que já tem precedente ganho junto ao Supremo Tribunal com relação à empresa consultora da obra, eram duas ações: uma da empresa consultora e a outra da construtora. A consultora, o Supremo já deu a decisão definitiva: a União já reconheceu e já pagou. e agora com essa decisão do Supremo, o Estado paga estes precatórios do C. R. Almeida, e mais, a União ainda, em virtude do convênio, terá que ressarcir o Estado do Paraná de algo em torno do que estima a perícia que consta naqueles autos, de 600 milhões.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta o Deputado José Maria se ele vai fazer uso da réplica.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Secretário, Vossa Excelência e o Governo têm, por reiteradas vezes, acusado que o grande problema dos inativos foi a criação do Fundão, a sua extinção, e com o advento da Lei nº 10.219, a transposição deles para o quadro efetivo do Estado. 50.900 foi o número que Vossa Excelência nos forneceu hoje do número de funcionários atingidos por essa medida, e recentemente no Gabinete da Liderança do Governo, Vossa Excelência informava que 20% dos quais estariam em processo de aposentadoria.

Ora, gostaria de dizer - e aqui fazendo até justiça, vou dizer o nome do Governador - o Governador Requião à época, constituiu esse fundo pagando o IPE, aliás, depositando e constituindo o fundo; o atual Governo, depois de quase cinco anos não deu solução ao problema e vem vender os nossos ativos - vem

vender o que o Estado do Paraná e este Governo encontrou como ativos, para quê? Para constituir esse fundo!

Ora, acho que não tem nenhum mérito em fazer esta colocação Vossa Excelência teria de se ater, se tivéssemos fazendo a receita, da produção, porque ela aumentou. O Estado, de um modo geral não pode se queixar em termos de receita. Saímos de uma receita de 95, não vou pegar 94, porque Vossa Excelência está deletando 94 do calendário econômico, mas pego 95: de um bilhão, novecentos e oito, para uma receita tributária de dois bilhões, duzentos e sessenta. Ou se pegarmos 94, saímos de uma receita tributária de um bilhão e oitenta e quatro, para dois bilhões, duzentos e sessenta - receitas próprias do Estado, são dados do balanço.

O que temos, aqui, é observar que já deveria ter sido feita alguma coisa em relação ao CRAFE, para que pudéssemos equalizar as nossas despesas ao nível de nossa receita. Acho que essa seria a grande gestão. Com certeza, não seria só Vossa Excelência que ficaria feliz. Não é só Vossa Excelência que está triste. O Paraná, hoje, a sociedade paranaense está triste e preocupada com o volume da nossa dívida e pensando em como será no próximo Governo.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Infelizmente, Senhor Presidente, não vou conseguir em três minutos responder esta importante matéria, colocada pelo Deputado, porque realmente queremos um Fundo de Previdência capitalizado, sério e estamos colocando ativos no fundo, sim.

O governador está buscando corrigir definitivamente, não é temporalmente, o problema financeiro do Estado do Paraná e isso só é possível e tenho reiteradas vezes falado à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério da Previdência e na Casa Civil da Previdência, só é possível, se os Estados conseguirem resolver o problema previdenciário. Os aposentados eram, em janeiro de 95, 23% da folha. Hoje, já representam 35 a 38% da folha, conforme o mês de competência.

Quero dizer mais: só vamos sanear as finanças do Estado, se conseguirmos, Senhor Presidente - pena que só tenha três minutos, porque poderia falar várias horas, como falei perante os membros da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças na segunda-feira, quando vim defender a antecipação dos royalties. Não se está pegando um dinheiro futuro, para se gastar em um ano. Está se antecipando royalties, para um prazo que está variando de nove a quinze anos. Está se comprometendo a colocar recursos da privatização da COPEL, que poderia o governador simplesmente usar os recursos, só para obras. Está se comprometendo a colocar três bilhões de reais, como capitalização do fundo, para sustentar este período de nove anos.

Quero saber, Senhor Presidente, qual o governante, senão fosse um estadista, que deixaria três bilhões presos por nove anos, quando só vai restar, quando fizer a venda

da COPEL, apenas dois anos para a extinção do seu mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Deputado Edgar Bueno.

**O SR. EDGAR BUENO**

Senhor Secretário Giovani Gionédís, minha saudação também aos demais assessores, faço três perguntas e passo às mãos do secretário e gostaria que o assessor levasse.

Secretário Giovani, a minha primeira pergunta já está praticamente respondida, no documento que o senhor distribui a esta Casa quanto o Estado do Paraná devia em 94 e quanto está devendo hoje? Praticamente o senhor já respondeu esta pergunta neste documento distribuído. Só quero ressaltar aqui que a palavra sofisma foi usada muito nos últimos trinta dias, nesta Casa e, principalmente pelo líder do Governo. Os números que o senhor divulga não são exatamente os que temos, mas de qualquer maneira está muito mais próximo da nossa realidade do que divulgou o líder do Governo, há menos de 30 dias, nesta Casa, quando dizia que a dívida era de 5 bilhões e 900 milhões.

Faço então, a segunda pergunta. Que tratamento está sendo dado, pelo Governo do Estado, às parcelas do ICMS pertencentes aos municípios, decorrentes da antecipação de receitas, junto a empresas contribuintes? Estas antecipações, também estão sendo passadas aos municípios? Se positiva a resposta, quais os ônus que estão assumindo os municípios e o Estado, em decorrência de tais antecipações?

E a última pergunta é com referência a COPEL. Segundo afirmou o Presidente da COPEL, em recente palestra na Associação Comercial, o Estado detém apenas 31% do total das ações da estatal e gostaríamos de ser informados se, neste percentual, estão incluídas as ações da COPEL, dadas em caução em financiamentos realizados, tanto pelo Tesouro, quanto pela Paraná Investimentos?

**O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Meu nobre Deputado, Edgard Bueno, quero dizer a Vossa Excelência que, realmente, quanto à primeira pergunta o quadro é altamente explicativo, embora não retrate, especificamente, a dívida de dezembro de 94. De lá para cá este é o saldo atual da dívida, com origem em períodos anteriores ao Governo. De lá para cá algumas amortizações ocorreram, e houve algumas capitalizações dos juros, conforme os contratos. Mas este quadro é altamente explicativo e o nosso nobre Deputado José Maria Ferreira, no balanço, referiu ao valor da dívida que consta daquele balanço com todos os problemas que foram citados, da mudança de moeda.

Quero dizer, quanto ao item dois que os municípios não perdem um centavo com a antecipação de recur-

sos, feita pelo Estado. Até porque não antecipamos a cota parte referente ao município. O nobre Deputado sabe que quando uma empresa deposita um ICMS ao Banco do Estado do Paraná, que é o órgão centralizador do ICMS, por determinação constitucional e legal, já é separado do montante pago pela empresa: 25% que vai para o Fundo dos municípios e 75% que são recolhidos na conta do Estado do Paraná. É justamente sobre estes 75% que o Estado tem feito as antecipações, então, não há nenhum prejuízo por parte dos municípios.

**O Sr. Edgar Bueno**

Tem algum ônus para o Estado esta antecipação?

**O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Não tem, é antecipação de imposto, o Código Tributário Nacional é muito claro ao dizer que o contribuinte pode antecipar o pagamento do seu imposto e é lógico que ele recebe a correção do pedido desta antecipação, que é uma correção também constante do próprio Código Tributário Nacional.

Com relação ao terceiro item quero dizer que, efetivamente, o Estado possui, hoje 38% da totalidade das ações da COPEL, o que representa 85% das ações ordinárias, com direito a voto. Uma parte dessas ações estão caucionadas no saneamento do banco, com relação aos títulos de Alagoas, de Santa Catarina, de Pernambuco, de Osasco e de Guarulhos, num contrato que tem vencimento em 31 de dezembro de 2.000.

**O Sr. Edgar Bueno**

Só queria voltar um pouco a questão da dívida do Estado do Paraná, até para que a gente ajuste estes números, que não haja mais esta discussão entre situação e oposição, porque acho que aí ficamos mais perto da realidade.

O Secretário coloca aqui uma dívida de 9 bilhões e 112 milhões. Quero acreditar que nesse ano ainda virá um bilhão e setecentos para o saneamento do BANESTADO. Aí estou imaginando que vamos chegar a uma dívida até o final do ano de dez bilhões e novecentos.

Se formos analisar a questão da antecipação dos royalties, Vossa Excelência tem uma visão diferente, chegaríamos a quase doze bilhões. Com referência às cotas vendidas e caucionadas da COPEL, gostaria também que agora nos três minutos seguintes, Vossa Excelência pudesse nos dar os valores do quanto foi vendido em ação e do quanto está caucionado. E se o Estado não tem nenhum ônus nessas antecipações, então nós aqui também não temos nada para registrar, pois imaginávamos que o Estado estava dando alguma concessão para poder convencer essas empresas a fazer essas antecipações.

**O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Com relação à antecipação dos royalties, quero dizer que não é endividamento público. O Estado está

fazendo a venda de um ativo que possui, conforme já esclarecido perante a Comissão de Constituição e Justiça e conforme o protocolo do Governo Federal, ele está recebendo títulos públicos federais negociáveis, pelo prazo que vai variar de nove a quinze anos, vencidos mensalmente. Ou seja, não há possibilidade nenhuma do PARANÁPREVIDÊNCIA vender esses títulos e não aplicar efetivamente no pagamento do cálculo atuarial, que vai dar estabilidade financeira ao Estado do Paraná.

Queria dizer ao Deputado que já foram vendidos de ativos do Estado: da COPEL em 96, 97 e 98, um bilhão, quatrocentos e sessenta e seis milhões; da SANEPAR, duzentos e quarenta e quatro milhões. Quero dizer ao Presidente que as prestações de contas das vendas, todas previamente comunicadas a esta Casa de Leis, em virtude da disposição legal, temos todos os ofícios das vendas, que são: a comunicação, feita em 15.01.97; 14.07.97; 20.10.97, 20.02.98 que, de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 10.253, foram protocoladas junto a esta Casa de Leis e o relatório também, em virtude do Artigo 5º da Lei nº 11.428, que obriga o Estado a apresentar semestralmente o valor da venda e onde foi aplicado. Esses relatórios das atividades desde o segundo semestre de 96, foram entregues na Presidência em 15.04.97 e publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 22.04.97 e assim sucessivamente em 24.10.97, entregue na Assembléia, e publicado no Diário Oficial do Estado em 03.11.97 e assim sucessivamente até a última entrega em 20.10.99 do último relatório, publicado no Diário Oficial de 22.10.99, o que significa que a Secretaria da Fazenda demonstrou total transparência, já prestou contas a esta Casa de Leis, de todos os recursos vendidos e da aplicação constante da própria lei. Ou seja, aplicação em desenvolvimento regional, na agricultura, na infra-estrutura, em transporte, em habitação, em área social, na administração pública, na formação de Distritos Industriais e de outras ações que estão especificadas nessas prestações.

#### **O Sr. Edgar Bueno**

Secretário, ainda dá tempo para Vossa Excelência me responder o valor das caucionadas. O senhor me deu outro valor e não me deu o valor das caucionadas.

#### **O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Veja! Esses títulos de Alagoas, inclusive tem uma decisão recente da Justiça Federal do Rio de Janeiro, onde determina que o Governo Federal dê cumprimento a uma Resolução do Senado que autoriza o Governo Federal.

#### **O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Que autoriza o Governo Federal a refinarciar aos respectivos Estados de Santa Catarina, Alagoas, o município de Osasco e o Estado de Pernambuco, que determina que a União cumpra a resolução do senado para refinarciar esses títulos.

Esses títulos foram aprovados por lei estadual. Foram emitidos por aprovação do Senado Federal. Foram cetipados pelo Banco Central e não há porque os Estados não poderem refinanciá-los como a União refinanciou os títulos também de São Paulo. Os de São Paulo foram emitidos na mesma ocasião, inclusive títulos que faziam parte disso e o município de São Paulo, pelo refinanciamento, já quitou o Banestado.

Temos a certeza, tanto que o Banco Central concordou em estabelecer esse contrato para trinta de dezembro de 2000, porque o Banco Central tem a plena convicção que até o final do outro ano a União vai refinarciar esses títulos. Portanto não será necessário o Estado usar seu direito de vender ativos da COPEL para quitar esses títulos.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

#### **O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor Presidente, Senhor Secretário.

Analizando atentamente os números apresentados por Vossa Excelência, ficou claro que as causas do endividamento do Estado do Paraná são cristalinas. Aliás, contra números não existem argumentos que possam prevalecer.

Até porque são números extraídos da contabilidade pública, do balanço geral do Estado do Paraná. Se as causas preocupam todos os Deputados, as conseqüências preocupam muito mais. Feito o demonstrativo da dívida, sabemos hoje que o serviço da dívida tem prejudicado o Estado do Paraná.

A pergunta: Quanto é o percentual do serviço da dívida tem nos comprometido? Qual é o valor que tem sido pago mensalmente em serviços da dívida? E o que o Estado do Paraná está fazendo para enfrentar essa dificuldade, que é mensal, dessa amortização pesadíssima que o Estado tem feito, não somente na dívida contraída no Governo Jaime Lerner, mas de todos os governos anteriores?

Muito obrigado.

#### **O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Quero fazer uma referência que a dívida fundada não é uma dívida que tem o poder de dizer que o Paraná está quebrado. Porque ela é uma dívida de longo prazo.

Temos todos os prazos dos contratos. A dívida do BANESTADO é uma dívida de trinta anos, com juros de 6% aos ano, subsidiada pela união. que é um dinheiro dos mais baratos que se pode encontrar, quicá no mundo.

Só para exemplificar, porque às vezes colocam a dívida como “bicho papão”, vou comparar com um cidadão normal, aquele que ganha seus 700 reais, que tem a sua casa adquirida pela COHAB, que tem o seu cheque no banco com um limite de 500 reais, e tem um saldo devedor dessa sua casa de 10 mil reais, mas financiado em 25 anos onde paga uma prestação que equivale a 10% da sua renda mensal.

Esse cidadão não está quebrado. Esse saldo devedor da COHAB é o estoque da dívida. Vai ser paga em 25 anos. Não vai pagar mais do que 10%, 12% do seu salário. O seu supercheque será pago com as suas economias.

É este o quadro que a Secretaria da Fazenda está trabalhando, para deixar o Estado do Paraná sólido. Queremos deixar este estoque da dívida a longo prazo. E nós queremos dar condições para o Estado, com a sua Receita Tributária.

É isso que é ajuste fiscal. Na sua Receita Tributária possa assumir seus compromissos, com o pessoal, com o custeio, com a dívida e com o investimento. Porque o Paraná, ainda precisa de investimentos na área social, na área de segurança, na área de saúde.

Pois bem, essa dívida hoje está pesada e o está por uma divergência que houve na legislação com relação ao percentual da dívida.

Os Deputados, os presentes lembram que o Ministro Pedro Parente, quando era Secretário do Ministério da Fazenda, ou adjunto do Ministro Malan, na televisão dizia: os Estados não podem se queixar porque a dívida tem teto de 13% e com 13% não pode deixar insustentável o Estado.

Eu até concordava com ele nessa colocação, acontece que os 13% era a dívida intralimite estabelecida na lei, e que exclui outras dívidas consideradas extralimite.

Aí, nós vamos ter que fazer o seguinte: lutar pela União. E nós já temos um pedido protocolado junto ao Governo Federal, para que a dívida do Paraná, ultrapasse a 13%. Nós estamos com endividamento variado entre 15%, 17% a 18%, o que é muito pesado para as finanças.

Para se ter uma idéia, nesse mês de outubro de 1999, foram pagos 58 milhões de reais, do serviço da dívida, no mês de novembro de 1999, está previsto o pagamento de 62 milhões de reais, desse serviço. Isso por que? Conjugando-se a intra e a extralimite, esse percentual explode com os 13%.

Agora, a proposta do Paraná, não é indecorosa não. Nós não queremos os 13%, queremos isonomia.

São Paulo financiou 50 bilhões de reais, para fazer o seu ajuste. São Paulo não paga a dívida em 30 anos. Estimam os técnicos que São Paulo pagará a dívida em mais de 60 anos.

Então por que o Paraná tem que pagar a sua dívida em 30 anos? É por isso que nós queremos a isonomia.

Quero dizer mais, que a nossa proposta é inclusive o seguinte: esse excedente que eu estou pagando de 13%, para 18%, 17%, que nem retorne em dinheiro. Quero capitalizar o Fundo de Previdência.

É a oportunidade de o Governo Federal ajudar os Estados a capitalizarem o fundo de Previdência e a praticar o ajuste fiscal. Capitalizando o Fundo de Previdência,

eu dou sustentação para que o Estado saia desse marasmo financeiro que se encontra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o Deputado Durval Amaral se fará uso da réplica.

O SR. DURVAL AMARAL

Declino da réplica, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo, o Deputado Ademar Traiano, por 5 minutos.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor Presidente, Senhor Secretário, antes de adentrar a pergunta específica, me permita esta Casa, fazer alguns comentários.

Primeiro para cumprimentar o nobre Secretário Giovanni Gionédís, pela forma lúcida, com que traz a esta Casa e ao Paraná, números reais do comprometimento do Estado. Nunca duvidamos da sua palavra e, exatamente pela sua forma correta, determinada e, sobretudo, pela franqueza com que sempre tem trazido ao Paraná e a esta Casa os números da dívida, é que faz com que esse Parlamento, com certeza, sempre o respeite e continue admirando-o cada vez mais.

Quero ainda dizer de que discordo e Vossa Excelência também já discordou, da forma como Deputados de Oposição trazem aqui os questionamentos a Vossa Excelência, de que os números do comprometimento da dívida do Estado interna e externa são maquiados. Ora, duvidar dos números apresentados eu acho que não seria duvidar do Secretário Giovanni Gionédís, mas sim, duvidar daquilo que considero ser o maior patrimônio deste Estado, os técnicos que aqui estão, que não foram contratados pelo Governo Jaime Lerner mas que foram contratados por outros Governo: Pimentel, Canet, Richa e tantos outros. Acho que é, na verdade, mexer com os brios e com a honrabilidade dos técnicos que aqui estão.

Portanto eles não fariam, de forma alguma, nenhuma maquiagem nos números que foram apresentados por Vossa Excelência. E quero ao tempo em que faço esse comentário, Secretário Giovanni, de perguntar: se a liquidação do BADEP trouxe vantagens ao Paraná, qual a conexão entre a situação financeira do BANESTADO e a atual dívida fundada do Estado? Vossa Excelência já pôde dar uma pitada, pelo menos, sobre esse assunto, mas gostaria que se aprofundasse mais.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Traiano, a extinção do BADEP tem várias facetas, uma das quais é um prejuízo imensurável. Não se pode aquilatar qual o prejuízo que trouxe a economia do Paraná a extinção do BADEP. Porque o BADEP foi o grande banco responsável pelo início do processo de

industrialização, e o processo de industrialização não se faz quando a gente quer; se faz em determinados momentos históricos. Um processo de industrialização ocorreu na década de 70, onde, através do BADEP, foi implantada a CIC e diversas empresas no interior do Estado do Paraná.

Passada essa fase, outro processo de industrialização só se deu em 1990, quando o Paraná não tinha um banco de fomento. E eu defendi, numa reunião que referia-se ao BRDE, da extinção do BRDE, que dinheiro de fomento é um dinheiro para o Estado investir, para gerar emprego, para gerar renda, para gerar bem-estar da população. Banco de fomento não é banco para dar lucro. Por isso que tem que se separar o banco comercial com o banco de fomento. Fomento é incentivar a industrialização. Esta perda é imensurável. Fora a perda, sob o aspecto político, eu não quero aqui fazer referência porque nem me cabe. Acho que o Paraná, politicamente, perdeu muito com a extinção do seu banco. Agora, um fato não pode deixar de ser colocado que é o tema financeiro. Em 1992, num Ofício do Governador da época, foi colocado no BANESTADO todos os ativos podres do BADEP. Que constavam, aí sim, por maquiagens de balanço, no ativo do banco, como créditos bons.

Quero dizer a Vossa Excelência que tem créditos do BADEP que foram rolados quase 20 anos, sem nenhum pagamento, um deles, o crédito do Atala, foi rolado por mais de 20 anos constando em balanços, como ativo bom sem nenhum pagamento.

E quero dizer mais, está faltando coragem, de que se ponha um ponto final sobre isso, e quando vierem esses podres para o Estado do Paraná, eu quero desenvolver com o Governador Jaime Lerner um decreto que pratiquemos o fomento no Paraná outra vez, porque a dívida do Atala, não quero entrar no mérito, uma dívida originária de 20 milhões de dólares, corrigida pela maior taxa internacional, não poderia passar hoje de 180 milhões de dólares e contabilmente consta como mais de 700 milhões de dólares. Isso é um absurdo, não é assim que se faz fomento no Estado do Paraná, graças a Deus! O Paraná teve a sorte de ter o Governador Jaime Lerner como a cabeça transformadora, que promoveu ainda pegou esse “rabo do cometa” da industrialização e conseguiu ainda na década de 90, trazer para o Estado do Paraná o forte impulso industrial. Com isso vamos transformar o Estado.

Quero dizer aos senhores o seguinte: a Volkswagen, que é uma empresa que está gerando empregos na região de São José dos Pinhais, só no ano passado, e isto vai nos balanços, com as exportações, o quarto arrecadador de ICMS do Estado do Paraná. Ela está no programa “Paraná mais emprego”, e só vai começar a pagar a partir de 2002, 2003, então vai beneficiar inclusive a outros governo, mas ele já é a quarta arrecadadora de ICMS do Estado do Paraná.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Fico satisfeito, Senhor Presidente, Senhor Secretário, e declino da réplica.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor Presidente, Senhor Secretário Giovani Gionédís, demais Secretários aqui presentes. primeira-mente, queria parabenizá-lo, Secretário Giovani Gionédís pela brilhante explanação e pela clareza que traz os números a esta Casa de Leis, e acredito que de uma vez por todas, tanto Situação como Oposição, é através desta transparência, através da clareza com que V.Exa. demonstra e principalmente pelos números apresentados, acho que todas as dúvidas devem ser esclarecidas nesta manhã.

Mas para mim ficaram claros alguns questionamentos. Deixando de lado os 530 milhões que o Governo do Estado deixou de arrecadar com a Lei Kandir, 60 milhões que deixou de arrecadar em função do FEF, e os 140 milhões através do FUNDEF, gostaria de lhe fazer uma pergunta: Qual é a dívida, e logo após se V.Exa. pudesse me responder rapidamente eu já faria a réplica para adiantar nosso questionamento, qual a dívida que o Estado do Paraná tem hoje com fornecedores, com empreiteiras e com convênios com as Prefeituras do Estado do Paraná?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Cezar Silvestri, efetivamente as perdas da Lei Kandir não estavam no programa financeiro do Estado do Paraná, até porque o Presidente da República na época garantia aos Governadores que a Lei Kandir não traria perda aos Estados.

Nós temos passivo, sim, passivo total junto a alguns convênios de Prefeituras, de fornecedores, a alguns empreiteiros, que é o constante também dessa composição de dívida do Estado, onde temos aqui todos os restos a pagar, que são de 98, 97 e 96, diminuindo daquilo que foi pago durante este ano de 1999, mais alguma coisa que foi contratada em 1999. Estou fazendo essa conjugação dos números, estamos aí com algo em torno de 300 milhões de reais, 280, teria que somar, este valor seria o suficiente hoje, excluídos os precatórios, Seria o suficiente hoje para colocássemos a casa em dia, é o supercheque, não é um valor tão alto numa arrecadação de 400 milhões, média de 400 milhões/mês. E é justamente atrás desse equilíbrio de fluxo de caixa que estamos trabalhando, porque a União vai ter que ressarcir os estados de um percentual, pelo menos, dessa grande perda que ela trouxe pela Lei Kandir.

A minha assessoria me traz o número exato, nós devemos hoje 279 milhões e 400.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu lhe fiz esta pergunta e gostaria que Vossa Excelência, depois de eu apresentar aqui a minha conclusão, confirmasse se estou certo no meu raciocínio ou não.



Alguns Líderes da Oposição têm feito críticas ao Governo do Estado e se baseando basicamente em três questões: Primeiro, a dívida que o Estado do Paraná tem com fornecedores, em função disso muitas obras estão paralisadas no Estado, e nós mesmos que apoiamos o Governo sentimos essas críticas por parte da população que representamos, até porque esses números têm sido levados com mais frequência por parte da Oposição do que, inclusive, por parte do Governo esclarecendo a real situação do Estado.

Então, uma das críticas que nós, realmente, temos visto por parte de Lideranças da Oposição é com referência, primeiro, a dívida com fornecedores, com Prefeituras e empreiteiras, e segundo seria com relação a antecipação dos Royalties e logicamente também com a privatização da COPEL. E nos números que V.Exa. nos apresentava, e falo aqui com tranquilidade, porque no ano de 1993 eu votei contrariamente à extinção do Fundo de Previdência do Estado, somente o Fundo teria hoje 2 bilhões e 800 milhões de reais no seu patrimônio, se não tivesse sido extinto. No mercado financeiro um volume desta monta se aplicaria, com certeza, no mínimo a 2%. Isso daria uma receita para o Estado de 56 a 60 milhões por mês, ou seja, daria uma receita em torno de 800 milhões por ano que o Estado estaria deixando de pagar com inativos. Ou seja, apenas 6 meses dessa sobra, que é a diferença que ele está pagando para o Fundo e para os inativos, ele poderia pagar todos os seus fornecedores. E logicamente que tem uma repercussão muito grande a questão da capitalização do Fundo. E eu gostaria, V.Exa. não teve tempo na explanação do Deputado Edgar Bueno, se não me engano, para falar sobre a questão do Fundo, eu gostaria de deixá-lo a vontade para que falasse quais seriam as repercussões positivas para os futuros governo da capitalização do Fundo de Previdência.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Cezar Silvestri, antes de falar sobre Fundo, gostaria de fazer uma pequena colocação. Citei no meu discurso inicial, não sei se é discurso ou é um esclarecimento inicial, que o Governo Jaime Lerner investiu 2 bilhões e 800 milhões em obras desde janeiro de 1995 até agora.

Ora, se investimos 2 bilhões e 800 milhões em obras e só devemos 279, não é um caos tão grande. Agora, criam a teoria do caos. Por exemplo, as obras do Paraná Urbano estão totalmente em dia; as obras da SANEPAR, que está desenvolvendo programa de saneamento ambiental no Paraná, estão com os seus pagamentos em dia; as obras da COPEL estão com os seus pagamentos em dia. Então, não se fala do que está em dia, se fala só da teoria do caos. Nós temos o problema de fluxo mas estamos corrigindo. E vou dizer como. Na realidade para mim seria muito fácil vender três anos, e isso coloquei aos nobres Deputados na exposição de segunda-feira, seria muito fácil vender três anos de royalties, temos algo em torno de setenta e cinco milhões de

dólares de royalties por anos, cento e cinquenta milhões e isto dá quatrocentos e cinquenta milhões. Venderia no mercado com uma taxa de deságio de 12% ao ano e isso me renderia algo em torno de trezentos e oitenta milhões de reais, pagaria os duzentos e setenta e nove milhões de reais que temos de endividamento e ainda sobraria cem milhões, mas não consertaríamos a situação financeira do Estado.

A fazenda não está trabalhando a curto prazo. A Fazenda, até às vezes criticada por Secretários colegas, está trabalhando num prazo para definitivamente dar sustentáculo ao Estado do Paraná.

O Paraná vai se tornar forte! O Fundo de Pensão vai descarregar, com a sua captação, quer com os royalties, quer com ativos da Copel, quer com ativos da SANEPAR, se for necessário, porque ele tem um valor de cálculo atuarial. Ela vai descarregar algo em torno de 80 milhões por mês da Folha de Aposentados. Mais, o ressarcimento que está vindo do INSS pelas aposentadorias da parte destes 50 mil celetistas. Vejam, quando falamos que trouxe prejuízo, os 50 mil celetistas já vão dar um reembolso do INSS de seis milhões por mês a partir de janeiro. E, quero dizer mais, o INSS não reembolsa o salário integral, o INSS reembolsa a parte até mil e duzentos, que é a aposentadoria máxima do INSS. São servidores que se aposentaram integralmente pelo Estado do Paraná. Se não corrigirmos este desequilíbrio, não corrigimos as finanças do Paraná!

Aí que eu digo que se o governador Jaime Lerner não fosse um estadista, quando abre mão do imediato, vende a COPEL, antecipa os royalties, glosa tudo isso por um período de nove anos, para dar sustentação ao futuro do Paraná, para dar sustentação aos seus funcionários, para corrigir uma distorção.

#### O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor Presidente, Senhores Secretários que estão aqui presente, funcionários da Secretaria da Fazenda e, em especial, Secretário Giovanni Gionédis.

Na verdade, o Durval Amaral, quando perguntou, respondeu algumas dúvidas que eu tinha.

Quero só aproveitar este momento para lembrar algumas lições da ciência política que fala a respeito dos discursos. E ela reuniu ao longo da história, três discursos políticos: O discurso que é essencialmente político, que você trabalha com as idéias e elas não são como os metais, que se fundem. mas é claro que muitas vezes, pela emoção e para cada platéia você tem um discurso. O que não é o seu caso. Tem um momento que se refere ao discurso competente, que você fala sobre o que é mas num outro alvo, então aí você usa do argumento do sofisma, que aqui já foi falado e que também não é o seu caso. Tem um outro momento do discurso, que é o discurso essencialmente político sobre o dado da realidade. E, é isso que estamos discutindo aqui hoje.

Sobre a realidade poderemos ter várias interpretações diferentes porque cada um estudou de uma

maneira, formou-se de uma maneira, e cultural e socialmente conviveu com uma sociedade.

Então hoje, aqui, o Secretário teve a capacidade de apresentar alguns defeitos do Governo, aquela questão do caso específico do BANESTADO, quando o Governador Jaime Lerner não permitiu que houvesse a intervenção. Discutiu-se aqui hoje algumas qualidades deste Governo, discutiu-se aqui hoje momentos de outros Governos, mas nós tivemos neste momento, nesta discussão, com a presença aqui do Secretário, com a sua equipe uma visão absolutamente política da realidade e com ela a gente pode concordar ou discordar.

O que não é mais permitido no momento que este país vive, se nós lêssemos a última revista no discurso do Genuíno, onde ele diz à sociedade que está de saco cheio da conversa, do sofisma, porque uma coisa é você no Parlamento defender o que você acha, defender o que você pensa, e outra coisa é a responsabilidade com o que é diante do alvo que existe.

Então, neste momento o Secretário atingiu o alvo, lá no meio cravou a flecha e eu quero dizer da minha satisfação, não pela sua competência, mas pela credibilidade que o senhor dá ao Governador Jaime Lerner. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Deputado não fez necessariamente uma pergunta.

**O SR. ANTONIO BARATTER**

Sr. Presidente, eu disse que a pergunta que eu iria fazer foi respondida quando o Deputado Durval Amaral se manifestou.

**O SR. GIOVANI GIONÉDIS**

Só quero agradecer ao Deputado as colocações que fez não só com relação à minha pessoa, como ao Governo Jaime Lerner.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que façam as suas perguntas efetivamente e que se as perguntas possivelmente já tenham sido respondidas, por gentileza comuniquem à Mesa para que economizemos um pouco de tempo.

Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Giovani Gionédis.

Tivemos oportunidade, nesta manhã, de vislumbrar números e dados que nos remetem a um passado, a um passado ainda recente, quando também assistíamos pela mídia eletrônica a notícia de que o Estado do Paraná era o Estado em melhor situação financeira deste país. E os dados que o Secretário passa a esta Casa demonstram que o Estado do Paraná já vinha operando com déficit há alguns anos e tive oportunidade de fazer anotação de dois

anos. O ano de 93 quando ele fechou em torno de 11% de déficit e também o de 94 com déficit de 8%. E ainda mais, vinha promovendo antecipação de Receita.

Então, não acredito que um Estado que esteja financeiramente equilibrado precise fazer antecipação de Receita. É como uma empresa ou uma pessoa física - quem tem dinheiro em caixa não paga juro em Banco.

Mas, o Senhor Secretário também faz outras colocações que o governo Jaime Lerner iniciou em primeiro de janeiro pagando mais a folha de pagamento. Gostaria de lembrar aqui ao nobre Secretário, com quem tive oportunidade de trabalhar quando tive a honra de ser chefe da Casa Civil do Governo Jaime Lerner e talvez corrigir o Secretário, se me permitir. Nós, realmente, em janeiro de 95, iniciamos o Governo com um acréscimo de 16% na folha de pagamento, que foi aprovado em dezembro um aumento de pagamento dos funcionários com validade a partir de 1º de janeiro. Mas não foi só isto, Secretário, o governador Jaime Lerner resgatando um compromisso que tinha com os funcionários públicos e isto não vem sendo veiculado pela imprensa e também não estamos fazendo a devida divulgação. O Governador Jaime Lerner com muito esforço, recuperou parte da perda do funcionalismo público que foi massacrado no último Governo. Lembro muito bem que em meados de março o governo Jaime Lerner concedeu 25% de aumento aos professores, 15% para a polícia e dez por cento para o quadro geral do Estado. E digo isto, Senhores Deputados, porque me coloquei contra este aumento naquela época e o Secretário Giovani estava na reunião, mas não foi só isso, em meados de agosto de 95 novamente o Governador, tentando recuperar as perdas do funcionalismo, concedeu mais 10% de aumento no Quadro Geral do Estado. Então, hoje sabemos que o funcionalismo público ainda precisa de aumentos, mas se fizermos uma análise, se voltarmos os nossos olhos para os outros Estados, vamos ver que o Governo do Paraná foi um dos únicos Estados que concedeu aumento após o Plano Real, após 94 quando houve a chamada estabilização econômica.

Mais ainda, Senhor Secretário, lembro muito bem, e o Senhor citou o fato quando o Jaime Lerner assumiu o governo e recebemos o espelho da situação do BANESTADO, e o Banco do Estado do Paraná, como se diz na gíria: "Não era aquela Brastemp que se pregava", e para que os senhores tenham idéia o BANESTADO buscava todos os dias, 700 milhões de dólares na época, ou mais ainda, porque o real estava 0,97 por um, buscava esse recurso no interbancário. Se somarmos a isso os juros, se atualizarmos este capital do dólar em real que é a moeda vigente hoje na face de dois por um, vamos ver para quanto vão esses 700 milhões. E mais, os outros esqueletos que existiam dentro do BANESTADO, o senhor citou um caso, o caso do passivo do BADEP que foi transferido para o BANESTADO, mas não temos os outros esqueletos. Sabemos que a contabilidade do BANESTADO estava supervalorizando dívidas que na verdade já eram impagáveis,

e que ninguém iria pagar, e que nos balanços constavam como dívidas boas e sabíamos que eram dívidas podres. E digo aos senhores, naquele momento também fui um dos defensores que o Governador Jaime Lerner expusesse a situação do BANESTADO para todo o Paraná. E lembro muito bem que disse ao Governador: “Governador, se o senhor não fizer essa exposição, o senhor será cobrado no futuro como alguém que prejudicou o BANESTADO”. E o governador, numa atitude de grandeza, disse o seguinte: “Não, não podemos mostrar a realidade do BANESTADO porque vai dar uma correria, e muitos paranaenses, aqueles que acreditaram no banco, vão sofrer prejuízos porque o banco vai quebrar”.

Pois bem, Senhor Secretário, se fizermos um cálculo rápido, vamos ver que do total da dívida, em torno de nove bilhões e ouço, se somarmos a dívida flutuante, que são os chamados precatórios, temos em torno de dois bilhões, três bilhões, e mais os dois e oitocentos, um bilhão e mais dois e oitocentos do BANESTADO vamos ter um total cinco bilhões e pouco; se diminuirmos dos nove, vamos ter uma dívida de quatro bilhões e 6% ao ano, vamos dizer que é uma dívida perfeitamente normal que vai dar duzentos e quarenta milhões.

Mas a minha pergunta é a seguinte: é verdadeira a informação que me chegou que no momento que foram estatizados, ou tornaram-se estatutários os cinqüenta mil funcionários celetistas, se jogou uma dívida, conforme cálculo atuariais, em cima do Estado, de cinco bilhões de reais, que é o que vão custar esses funcionários ao Estado? É essa a minha pergunta.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Carli, posso atestar as palavras do nobre Deputado porque tive também o prazer de ser Secretário de Governo, de participar inclusive da equipe de transição, comparecendo, antes mesmo da posse, a uma visita solicitada pelo Banco Central para nos colocar a realidade do Banco do Estado do Paraná. Mas isso já foi objeto de colocação minha, inclusive com uma carta do Governador Jaime Lerner que entreguei naquela ocasião nessa Casa de Leis. Com relação à pergunta de Vossa Excelência, a Secretária de Administração poderia até responder com maior propriedade, mas é verdade sim, embora esse prejuízo de cinco bilhões é um prejuízo que também vai decorrer conforme forem sendo aposentados esses celetistas ao longo do tempo pelo descompasso, veja bem, pelo descompasso daquilo que o Estado vai ser ressarcido do INSS para o que efetivamente o servidor recebe com a sua aposentadoria. Porque o INSS só paga o fixo de até 1.200 e o servidor estatutário, ao se aposentar, aposenta-se com o seu último salário. Essa diferença de valores que ocasiona este cálculo, ao longo do tempo, ao longo do prazo, de quase trinta anos de prejuízo, que essa transformação de celetista para estatutário trouxe ao Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O próximo a inquirir é o Deputado Péricles Mello, mas esta Presidência, atendendo veemente pedido do nosso secretário, concede a ele alguns minutos.

#### (Suspensa a sessão por alguns minutos)

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O próximo a inquirir é o Deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Quero cumprimentar o Secretário Giovani Gionédis e dizer que estamos muito felizes, Senhor Presidente, com a sua vinda a esta Casa, porque tudo que ele diz, na minha opinião, dá razão e esclarece as questões que tínhamos colocado ao longo de várias sessões aqui na Assembléia.

Fico feliz também de falar depois do Deputado Ribas Carli e do Deputado Barater, para poder afirmar essa convicção que temos.

Se fizermos um cálculo simples, Secretário, esquecendo do BANESTADO - temos discutido muito o BANESTADO, temos o Deputado Ângelo Vanhoni, que é funcionário e conhece em profundidade esta questão - denunciemos este processo na Justiça do Paraná, sobre o BANESTADO Leasing, gravíssimo, deste Governo. Mas esquecendo esta dívida, vamos deixar de lado o BANESTADO, se acrescentarmos, Secretário, a um bilhão, trezentos e sessenta e três milhões, que conforme esse documento é dívida do Governo Lerner, os trezentos milhões, que o senhor acabou de dizer que é o que falta pagar das contas e fizermos uma conta simples, o Governo Lerner em quatro anos aumentou a dívida do Paraná, comparando a governos anteriores, em 33%. Basta dividir os 1.300, mais os 300 que o senhor falou, pelo 4.939, chegamos a um valor de 33%, esquecendo o BANESTADO. Ou seja conseguimos em quatro anos aumentar a dívida do Paraná, com relação a tudo o que ele devia na sua história, num determinado momento, em 33%.

Secretário, o senhor disse que foi vendido, de ação da COPEL, da SANEPAR, um bilhão e setecentos milhões de reais. Isso foi receita, através da queima de nossas empresas. É dinheiro que entrou para o Governo Lerner. Se somarmos mais um bilhão e setecentos da dívida atual, ou seja, se se tivesse conservado a COPEL e a SANEPAR, sem vender, ora, a dívida desse Governo seria igual a de 4 anos, a tudo que o Paraná conseguiu acumular de dívida, na sua história.

Portanto, repito, tudo que estávamos falando até agora, tínhamos razão, sem entrar no mérito de questões graves e complexas que denunciemos.

Com relação aos funcionários público - e aí entramos nas causas deste endividamento, Deputado Ribas Carli - é bom destacar que o governo criou 586 novos cargos em comissão; foram criados mais 196 cargos no Ministério Público e Tribunal de Contas; dado um rea-

juste de 242% para os Secretários de Estado; 100% para cargos em comissão, 60% para advogados, procuradores, delegados, entre outros, e o quadro geral recebeu apenas 10% de aumento. Esta foi a política neste 4 anos de Governo.

Mas, para destacar estas questões, Secretário, queria perguntar ao senhor, para podermos aprofundar mais nossa análise neste sentido, o seguinte: quanto tem de ações caucionadas da COPEL e da SANEPAR, além daquilo que foi vendido? O senhor falou que é 1 milhão e 700 milhões - se entendi, se estiver errado o senhor me corrija. Além do que foi vendido, quanto tem em ações caucionadas e valor em reais? Quanto em reais é o volume de recursos que o Estado recebeu do adiantamento do ICMS de várias empresas? Sabemos que a Coca Cola, várias empresas estão adiantando o recolhimento do ICMS. Mas temos um dado claro, em nossa análise, e nesta linha precisamos saber se é verdade, os recursos que entraram para o Governo, através do adiantamento do ICMS, os valores das ações caucionadas pela COPEL e pela SANEPAR?

E também colocar, como contrapartida a sua argumentação se é verdade que a Lei Kandir trouxe problemas para o Paraná, e também pelo menos o espírito da lei é aumentar as exportações. Então o cálculo não é o valor absoluto que o senhor colocou, tem que colocar a contrapartida do aumento das exportações que não haveria se não houvesse a Lei Kandir, como contrapartida da sua argumentação.

Gostaria então, que o senhor me respondesse - vou repetir - concretamente, o valor correto, em reais, do ICMS que entrou adiantado, e das ações caucionadas da COPEL e SANEPAR, para poder, com isso, continuar esta argumentação.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Pois bem, meu nobre Deputado, quero antes de responder a sua pergunta, fazer uma colocação, até em memória do Secretário Oswaldo Magalhães, falecido, porque essa questão do BANESTADO, como um todo, foi objeto de uma sessão secreta, nessa Casa de Leis, Senhor Presidente, da qual eu, como Chefe da Casa Civil, aguardei na liderança, ou seja, só adentraram neste recinto os Deputados, os técnicos do Banco do Estado do Paraná.

Até porque a matéria envolvendo o Banco é uma matéria de alto risco para o mercado financeiro. E, pelo menos me parece, naquela ocasião, a Assembléia se deu por satisfeita com as explicações fornecidas pelo então Presidente da BANESTADO Leasing e então Secretário de Esporte e Turismo, Oswaldo Magalhães. Então não me compete aqui, reabrir uma discussão que foi tratada em sessão secreta.

Com relação aos adiantamentos de ICMS, foram adiantados 200 milhões de reais, dos quais já foram quitados 170 milhões de reais, devendo agora, no mês de novembro, ser quitada a totalidade do adiantamento do

ICMS destas empresas. Foi um recurso necessário para manter o equilíbrio das contas públicas, quando se perdeu com a Lei Kandir, em virtude dos fatores que já enumei, cabe ao gestor financeiro ir buscar os recursos para sustentar as despesas da máquina. O Estado do Paraná é o Estado que está 100% com a sua folha em dia. Nosso vizinho, Santa Catarina, ainda deve 3 folhas, o Estado do Espírito Santo, deve 3 folhas do governo passado e 2 folhas do atual Governo. O Estado de Minas parcelou o 13º de seus servidores em 48 meses e o Paraná não é uma ilha isolada neste mar que passa o país.

Agora, quanto à questão de administração que Vossa Excelência falou, a única diferença de nós para o Governador, é que ele teve dois milhões e duzentos mil votos. E, compete por delegação do povo a ele aplicar os programas que ele entender necessários. Ativos foram vendidos, mas foram implementados no Paraná 2 bilhões e 800 milhões de novos investimentos. Isto fez com que o Paraná tivesse esse impulso de desenvolvimento, que é inegável. Ponta Grossa, que é a cidade que Vossa Excelência talvez galgue o posto de Prefeito, se assim a população o desejar, é uma cidade que foi amplamente beneficiada por esses benefícios com uma enorme geração de empregos, inauguração de diversas empresas.

Agora, quero dizer que os 300 milhões que Vossa Excelência falou dos fornecedores, já estão dentro desse 1 milhão, 363 milhões da dívida. E Vossa Excelência faz novamente um trabalho com os números desta tabela que é muito fácil de rebater. O endividamento efetivo do Governo Jaime Lerner é de 568 milhões e 490 dos títulos públicos. Que este endividamento é que está sendo montado, com exceção dos títulos os programas sociais do Estado do Paraná.

Acho que respondi às questões. Com relação ao aumento das exportações, não só eu, como o Secretário da Fazenda do Estado, discordamos no volume global das exportações; não houve incremento das exportações. Houve sim, uma migração, a migração da substituição da exportação, por exemplo, de óleo de soja, para exportação em grãos de soja. É só comparar um ano anterior à Lei Kandir, que é 1966, foi exportado mais óleo de soja, ou seja, um material que tem um valor agregado, para diminuir a exportação de grãos "in natura", o que traz inclusive o desemprego.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Gostaria de pedir ao Secretário que me desse o valor das ações caucionadas da COPEL/SANEPAR, se fosse possível.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Veja, o valor das ações caucionadas... Vou explicar onde estão caucionadas as ações. Primeiro, não tem ações da SANEPAR caucionadas, só ações da COPEL. Em segundo lugar, essas ações estão caucionadas num contrato perante o BANESTADO, onde o Estado compromete-se, se não houver solução dos títulos de Alagoas, Pernam-

buco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, a efetuar o pagamento desses títulos, portanto, o Estado vai ficar credor desses Estados. E por uma garantia do pagamento ele caucionou ações no importe de 462 milhões na época, que hoje representam pelo valor de mercado hoje, 590 milhões.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Veja bem, Secretário, acho que a minha análise continua a mesma, o senhor traz números globais para nós aqui e esses números dão razão a tudo o que dissemos até agora. Volto a insistir aqui nesse assunto, sem contar, Secretário, que temos que também perceber que houve despesas do Governo, quando o Governo privatiza o Porto de Paranaguá em parte; quando privatiza rodovias, algumas importantes, há redução de despesas. Isso também na nossa análise global da administração Jaime Lerner, deve ser levada em conta, assim como se está levando a Lei Kandir, colocamos a contrapartida.

Então, volto a insistir nos números que vão ser objeto de debates mais aprofundados nesta Casa a partir da próxima sessão.

Volto a insistir: se somarmos 1 bilhão e 700 milhões de ações da COPEL e da SANEPAR que foram vendidas e entraram para o Governo, há um endividamento próprio desse Governo. Jaime Lerner endividou o Paraná em quatro anos. Praticamente 80% a mais do que havia quando assumiu, há cinco anos atrás.

Portanto, a nossa posição continua a mesma. O que nos resta é discutir o porquê das questões filosóficas do governo, coisas que não sabemos. E não sabemos porque todos os nossos requerimentos foram rejeitados nesta Casa. Infelizmente o segredo tem sido a principal arma da Bancada do Governo, porque impede sistematicamente que nossos pedidos de informação sejam aprovados.

Sabemos que a Renault se beneficia de uma lei geral. Atrasa por quatro anos o recolhimento de ICMS. Mas por um documento que consultamos, quando ela for retornar ao Paraná, o ICMS, o Governo vai dar dinheiro para ela sem juros e correção em parcelas mensais. Para a Volkswagen vai acontecer isso também?

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Esse sofisma que o senhor pratica com os números vai ser objeto de debate com os Deputados. Os números estão aqui abertos. Vou fornecer contrato por contrato com as taxas internacionais. E aí poderão fazer uma reflexão maior em termos de números.

Quero dizer que o documento que o senhor se refere, da Renault, não é um documento reconhecido pelo Estado do Paraná. É, mais uma vez, obtido por meios antiéticos.

Tivemos uma decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que colocou um ponto definitivo. O protocolo de intenções é um documento de onde emanam atos públicos que podem ser verificados, checa-

dos e discutidos pelos Senhores Deputados. Um deles é a capitalização da Renault que é objeto encontrado na Junta Comercial com integralizações de capital. O segundo é concessão do PARANÁ MAIS EMPREGO. Compete a essa Casa de Leis, aos Deputados, acompanharem esses atos públicos e verificar se houver qualquer regalia.

As condições financeiras, fiscais de determinadas empresas não são idênticas, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, uma opinião pessoal de minha parte: se déssemos à Renault todo o ICMS, o Paraná estaria ganhando empregos e desenvolvimento. Quero dizer mais: o Estado que mais deu a essas montadoras foi Rio Grande do Sul, que hoje tem administração do PT. Quando o PT perdeu a Ford, tentaram reverter, porque não há outro caminho senão a industrialização, a transformação do produto primário em valor agregado. Só aí é que se consegue dar renda, emprego para a população do país.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Secretário Giovani Gionédís, quero antes de mais nada, parabenizá-lo pelo dia de hoje, pela sua presença como Secretário da Fazenda e toda a sua equipe. Ocupo uma cadeira nesta Casa desde o ano de 1991, junto com demais Deputados que aqui estão e, até então, nunca um Secretário da Fazenda, tinha vindo a esta Casa discutir, debater e responder, perguntas de Deputados da Situação e também da Oposição.

Então, antes de mais nada, parabéns, Senhor Secretário, pela sua posição de estar aqui nesta data.

Os números do Estado estão claros. O Senhor explicou e deixou claro, cristalino a todos. Existe uma herança de dívida que vem de outros governos já há bastante tempo e que chegamos aos números atuais.

A pergunta que quero lhe fazer, Senhor Secretário, é uma pergunta que o Senhor pode nos informar sobre uma situação que nos preocupa e que precisamos saber. “Quando estará funcionando a Agência de Fomento no Estado do Paraná”?

#### O SR. GIONAVANI GIONÉDIS

A Agência de Fomento já está constituída.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Banco Central.

Ela está estabelecida no 4º andar, do prédio da Secretaria da Fazenda, e na próxima semana já vão ser aportados recursos na ordem de 100 milhões de reais, obtidos junto ao Ministério da Fazenda, para que se possa utilizar a Agência de Fomento, aí sim, para o pequeno empresário, como um aval para que ele possa desenvolver o seu mercado.

Porque há necessidade de fortalecer também, o nosso pequeno e o nosso microempresários.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, eu declino da réplica.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA

Senhor Presidente, Senhor Secretário Giovani Gionédís, a pergunta que eu quero lhe fazer é de fundo político. Nós temos conversado muito, tecnicamente hoje se restringiu aqui esta conversa. O senhor, no começo da sua explanação, disse que tem enfrentado uma oposição ferrenha em Brasília de alguns Parlamentares do nosso Estado.

Então, conhecida como é já a famosa autofagia paranaense, eu queria saber se estes políticos que lá estão fazendo oposição, estão tecnicamente ou meramente de cunho político? Segundo: se o senhor pode aqui declinar os nomes de quem faz essa oposição ao senhor?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Por um princípio ética, Deputado Tony Garcia, gostaria de me reservar de não citar nomes. A imprensa escrita, falada, hoje as Câmaras, o Senado tem televisão a cabo. E por si só todos sabem as pessoas a quem me refiro e que prefiro não comentar.

A eles tenho respondido com muito trabalho, a eles tenho respondido com andança por Brasília, de gabinete em gabinete, convencendo os técnicos da base, convencendo os ministros, que a solução do país é o equilíbrio fiscal dos Estados. E a solução do equilíbrio fiscal só tem uma, desde que se corrija o problema previdenciário.

Se os Estados não corrigirem o problema Previdenciário não vai haver ajuste fiscal nesse país.

Em primeiro lugar, vai voltar a inflação que é maléfica a todos os setores. Só por exemplo, o Rio de Janeiro já possui na sua folha de pagamento, 48% de aposentados, o Rio Grande do Sul, 42% de aposentados e esses Estados que também são oposição ao Governo Federal, já entenderam isso.

O Rio de Janeiro já constitui o seu Fundo de Previdência, está aportando dos seus Royalties 5 bilhões de reais para capitalização desse fundo, nos mesmos moldes que o Estado do paraná abriu as portas.

O SR. TONY GARCIA

Senhor Secretário eu respeito a sua  tica, o seu pedido de não declinar os nomes, mas o que nós temos visto pelos noticiários   que são os três senadores eleitos pelo Paraná que fazem essa oposição. Tirando o Senador Roberto Requião, que faz a sua oposição sistemática, os outros dois senadores, começam a fazê-lo agora.

Por isso lhe perguntei, Secretário, que eu acho isso um oportunismo, acho isso pertinente a minha pergunta porque devemos saber e o povo do Paraná precisa saber quem realmente trabalha pelos interesses do Paraná ou, simplesmente são oportunistas que em algum momento

- como tem eleições municipais visando até as eleições de 2002, - se colocam contra as propostas que se levam do Estado do Paraná.

Respeito a sua  tica, mas acho que pelos noticiários, como o senhor falou, são os 3 senadores que fazem essa oposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Ca to Quintana.

O SR. CA TO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, Secretário Giovani Gionédis.

Primeiramente me permitam, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de assumir nesta tribuna, uma resposta. Os senadores eleitos pelo Estado do Paraná: Roberto Requião,  lvaro dias e Osmar dias. Da mesma forma, Secretário Giovani Gionédis, que se estriba o Governador Jaime Lerner, em 2 milhões e poucos mil votos para agir no seu Governo, representando os seus eleitores, estribam-se os Senadores do Paraná, na eleição que lhes propiciou as urnas, para, dentro da visão que têm do que é bom ou de que é ruim para o Paraná, excercer o seu direito de atuação.

Seria amorda ar a democracia entendermos que Deputados Estaduais, Federais ou Senadores eleitos pela Oposição, não tivessem o direito de atuar de acordo com seus princípios, questionando, estabelecendo contraponto, fazendo a contra-argumentação que muitas e muitas vezes resulta no aperfeiçoamento de projetos de lei que acabam beneficiando, não os Governos, mas a população.

Quero dizer a Vossa Excelência que este nosso embate é desigual. Vejo Vossa Excelência numa tribuna, com o pleno conhecimento da Secretaria de Finanças do Estado, assessorado por um enorme contingente de técnicos que no dia-a-dia trabalham com números e vejo do outro lado uma Oposição diminuída, em número mas não em qualidade, e com dificuldade de entender essa relação da contabilidade.

Vossa Excelência sabe que se não houvesse a possibilidade da transformação de números, não haveria firma sonegando, não haveria necessidade de fiscais com competência para analisar na contabilidade das firmas onde estão os dados colocados verdadeiros e onde não são verdadeiros. Não haveria governantes que pudessem mostrar uma realidade, quando na verdade vive outra.

Aqui, Senhor Secretário, me permita dizer que não me convencem determinadas coisas. Por exemplo: quando Vossa Excelência diz que a dívida de Alagoas, de Sergipe, de Osasco, e outras atingem, hoje, atualizado, 590 milhões. e que esta Assembléia saiu satisfeita. Não, não saiu satisfeita, Secretário. Numa Sessão Secreta o que tivemos foi o cumprimento do Regimento, que aquilo que se trata aqui dentro não vaze fora. Porque nós advertimos, naquela oportunidade, que não seriam honrados esses compromissos e o Presidente de então, do

banco, aqui, desta mesa, nos disse que não havia registro na história do país, de um título público emitido por um governo que não fosse honrado. E que estamos aqui, mais uma vez, Senhores da Situação, amargando 590 milhões de dólares que poderiam ter sido abortados se o levantamento e a denúncia da Oposição tivesse sido ouvida.

Por outro lado, temos dados que poderíamos discutir, quanto à situação do comprometimento da receita com pessoal, no final de 94 - e cito esta data da mesma forma como Vossa Excelência, Secretário, - como o divisor entre o atual governo e os anteriores, que é que estamos aqui discutindo com Vossa Excelência, que é o Secretário do atual Governo.

Com os 16% dados aqui, que vi técnicos lhe passarem os dados e Deputados aqui alertarem. Aliás 16% negociado com o Governador Jaime Lerner, porque a proposta que tinha nesta Casa de um aumento maior e negociado com a liderança de então, do Governador Jaime Lerner, Deputado Algaci Tulio, e com os técnicos do Governo, resolveu se dar 16% para todos os funcionários da mesma forma, quando a proposta era dar inclusive para o quadro geral, um aumento maior, coisa que até agora não se deu, e mesmo com aquele aumento comprometia-se aproximadamente 58 a 60% da receita tributária do Estado, e isso nós temos divulgado inclusive pela imprensa e análises que não são contestadas.

Da mesma forma, Sr. Secretário, precatórios á disposição do artigo 100 da Constituição, no seu parágrafo 1º diz que até julho, final de junho se encaminha o resultado dos precatórios para serem pagos no outro exercício. De modo que não é culpa de governos anteriores não ter pago correção de precatória, determinação legal, por mais que queira pagar o próprio governo não poderá fazê-lo, vai pagar a correção e V.Exa. que trabalha com advocacia sabe, que existem causas de precatórios que vai no repique 10, 11, 12, 15 vezes às vezes na correção do tempo de demora.

Da mesma forma, Sr. Secretário o Fundo de Previdência questionado de que o Governo anterior extinguiu, o Governo anterior não extinguiu absolutamente nada em termos financeiros do Estado do Paraná, diga-se isso de uma vez. O Governo criou no exercício, depositou do seu erário e depois extinguiu e retornou para o seu erário, não houve prejuízo para funcionários, não houve prejuízo para o Tesouro, não houve para ninguém, não se vendeu capital, não capitalizou com empréstimo, foi pagamento feito do Tesouro, que aliás técnicos que hoje estão ainda no governo e sabem da forma como foi feito, naquela oportunidade pretendia-se construir um fundo, aonde o Governo pagava no fim do mês o aposentado e depositava do Tesouro uma outra folha capitalizando um Fundo. Diga-se, a bem da verdade, foi difícil de suportar. Eu vejo aqui alguns colocarem que hoje se nós tivéssemos continuado com o Fundo teríamos 2 bilhões e 800, como se este dinheiro tivesse caído do céu, se o próprio Governador Jaime Lerner não tivesse que por 60 meses, 5 anos, estar

contribuindo mês a mês com o pagamento dos aposentados numa ponta e com o pagamento do Fundo na outra.

Ora, contabilizar quanto tinha é uma coisa, dizem quem ia pagar o Tesouro do Estado, que seria o próprio Governador atual, que não conseguiria caixa para pagar porque prova como tantos outros, nem o IPE não é pago por falta de recurso de pagamento. Portanto, isso também não justifica.

A questão do celetista para estatutário pode comprometer, data vênia, no aposentado não na Folha, porque tanto faz estatutário ou celetista é pago pelo Tesouro. No aposentado poderá repercutir alguma coisa na Folha de Pagamento, não repercute.

Por outro lado, Senhor Secretário, nós quando transformamos celetistas em estatutários pensávamos exatamente o que está acontecendo agora, Lei Haully, que é a compensação aos Estados que tiveram essa transformação e aliás, uma transformação feita por força da Constituição de 88, que não foi prioridade única e exclusiva do Governo do Estado do Paraná, porque o próprio Governador Jaime Lerner, quando Prefeito de Curitiba transformou em 1990 o seu celetista estatutário para cumprimento de uma questão constitucional.

Diria, nesses dados, que eu sei que nem resposta merece de Vossa Excelência porque não são perguntas, são constatações.

Interessa dizer aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e digo que não fui o autor, Secretário Giovanni, deste pedido da presença de Vossa Excelência porque teria temor de fazê-lo, reconheço e sei da impossibilidade que temos de discutir números com a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não tem como fazer isso com 3 minutos de perguntas, e nem tampouco, e vou ser franco, com o conhecimento que nos falta.

Portanto, o autor é o Deputado Pessuti, não está presente, eu represento aqui o Deputado que está ausente, está negociando pela sua condição de vice-Presidente da Comissão Parlamentar do Sul, interesse do Paraná, mas eu queria dizer uma coisa aos Deputados de Situação, de Oposição, ao Sr. Secretário, o que importa, na verdade, Deputado Nelson Justus, não é atirar pedra sobre o governo "X", ou o governo "Y", não me move vir aqui para defender o governo anterior, nem o anterior do anterior, nem o primeiro governo. Não move saber a situação real do Estado do Paraná. Quanto tem o Paraná, afinal, de comprometimento do seu presente, do seu futuro? Temos que contar neste Paraná de hoje, em cima das dívidas que acontecem, que houve investimentos no passado para construir a COPEL, que hoje está vendendo ações, que houve investimento do Paraná para capitalizar a SANEPAR, que vendeu as ações, que houve investimentos de governos anteriores para fazer rodovias, que hoje estão privatizadas, para fazer a Ferroeste, que hoje está privatizada. Quer dizer, os governos passados também não passaram para o governo presente e nem o Governador Lerner vai passar para os futuros...

Apenas para concluir, Sr. Presidente, transmite patrimônio que está sendo vendido para capitalizar os Fundos, tudo bem, mas estão sendo vendidos, foi feito por outros, e transmite também receitas, como essas que estamos conseguindo com a COPEL, com a SANEPAR e com tantos outros.

Quero propor uma coisa aqui, Sr. Secretário e principalmente Bancada de situação. Vamos estabelecer não uma CPI, vamos estabelecer uma sindicância da dívida do Paraná, criar uma Comissão Especial na Assembleia Legislativa, que possa sentar com técnicos em igualdade de condições e possa discutir a profundidade da dívida do Paraná, quem é responsável, quem não é, mas principalmente, possa discutir o que podemos fazer, situação e oposição, juntos para dar um perfil melhorado ao Paraná do futuro.

Agradeço, em nome das Oposições, a presença de V.Exa., cumprindo a convocação desta Casa, e gostaria imensamente que pudéssemos discutir numa Comissão Especial, com técnicos dos dois lados, o problema da dívida do Paraná.

Muito obrigado, Secretário!

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Caito Quintana, embora o Deputado esteja na Oposição, o Deputado sabe o quanto prezo a sua competência, o seu discernimento e o seu trabalho como Relator da Constituinte do Estado do Paraná e agora relator-revisor também da Constituição, sempre pautando por um excelente trabalho em prol do Estado do Paraná e do Poder Legislativo.

Mas, tenho de contestar, Deputado, alguns números que foram colocados, e aí é justamente a divergência folclórica dos números, por exemplo: os títulos de Alagoas não são 590 milhões de dólares, são 490 milhões de reais. esse é o primeiro dado que eu teria que contestar da colocação de V.Exa. A questão do BANESTADO, da compra desse título já foi amplamente debatida, foi feita numa gestão que já não está mais no Banco e o governo tomou todas as iniciativas, inclusive, as pessoas respondem perante o Ministério Público Federal e alguns processos já em termos de Polícia Federal, da responsabilização pela Lei do Banco com relação aos atos praticados em suas gestões.

Quero dizer, Deputado, mais uma vez, conforme o balanço de 1994, cuja cópia o Deputado Péricles ou o Deputado apresentou, a receita tributária do Estado do Paraná em 1994 foi um bilhão e oitenta e quatro milhões. A despesa com pessoal neste mesmo período, que consta do balanço, pessoal ativo e inativo, porque o número de 680 só consta o pessoal ativo, isso consta no balanço, é 980 milhões, o que dá 92, não estou com a máquina aqui, mas é algo maior que 90% da receita tributária e não 58. A despesa total de pessoal em 1994, constante do balanço, aprovado pelo Tribunal de Contas, sobre a receita corrente líquida foi 63%. Não se pode, meu Deputado, pegar o índice de janeiro de 1995,

o senhor sabe que janeiro é um mês historicamente que se arrecada o ICMS das vendas de natal, então é um mês onde a despesa de pessoal fica com índice mais baixo, os índices para fim de Lei Camata são índices da média dos doze meses.

Ora, 63%, com um aumento linear de 16%, não dá outro número senão 73%, que é o número que efetivamente consta, não só do balanço de 94 como do balanço de 1995.

Com relação aos precatórios, quero esclarecer a V. Exa. que me lembro muito bem do precatório do Estado do Paraná até porque, antes de ingressar no serviço público através de cargo de comissão, fui advogado, minha veia é de advogado e eu também trabalhava em escritório que tinha precatórios a receber.

O Governo, naquela época, o Tribunal de Justiça emitia os precatórios não em valor fixo, mas em ORTNs, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que depois foram convertidas em OTNs e depois foram convertidas em BTNs. E, o então Secretário Heron Arzua, aliás, meu particular amigo e do qual tive a oportunidade, quando fui Procurador Geral, de tê-lo como procurador, trabalhei diretamente com ele. Quando ele assumiu a Secretaria da Fazenda, porque o Governo anterior não tinha pago precatórios, aproveitou e pagou aqueles precatórios pela BTN congelada. Se os Deputados se lembram, naquela ocasião ficou um período de dois anos com a BTN, quando a BTN pró-rata já beirava a casa de 2,15. Ele pagou com a BTN congelada de 1,008, que significava pagamento 100% menor do valor real da dívida. Destes precatórios, surgiram filhotes. É lógico que depois da Constituição de 88, a Constituição mandou atualizar, como diz o artigo 100, os precatórios até a data do efetivo pagamento. E, é o que temos feito porque é a única forma de se fazer justiça.

Ainda bem que não temos mais aquela inflação tão alta porque hoje a pessoa recebe efetivamente o seu poder aquisitivo e o precatório levava dez, doze anos para ser pago.

Com relação aos celetistas e estatutários, quero dizer que concordo com V. Exa. que a Lei Haully foi boa, só que ela também não teve o poder, até porque não poderia, de cobrir toda a perda do Paraná. Ela vai cobrir uma parte, porque está aí a regulamentação da Lei. O INSS só vai nos reembolsar, e vamos pegar por exemplo o servidor "João" que trabalhou 30 anos para regime celetista, passou a estatutário e quando fechou os 35 anos se aposentou num cargo de Procurador do Estado do Paraná. Aposenta-se com um salário aproximado de cinco mil reais por mês. Nós só vamos receber do INSS, em compensação destes trinta anos, 80%, 90% do valor, de 1200 reais. Esta diferença que é o prejuízo que ocasionou naquele cinco bilhões referidos pelo Deputado Carli, no lombo de 20, 30 anos de vida útil deste servidor.

Com relação à venda de patrimônio, acho que caberia aqui uma consideração que fiz há muito tempo, inclusive na Rádio CBN quando o ex-Governador falava



sobre a venda da COPEL. A primeira venda de ativos da COPEL, para investimento no Estado, ocorreu no Governo do Senador Roberto Requião, nobre Deputado, e eu me lembro ele vendeu ações da TELEPAR para fazer a BR-376 e aqui está presente o nosso Secretário dos Transportes e nós aproveitamos aquele aprendizado e vendemos o restinho que tinha e terminamos a BR-376. Aliás, o Paraná foi o primeiro Estado, só que não tivemos compensação, até hoje, do Governo Federal, por esta obra importante que foi feita naquela época. Acho que esta era uma luta para o Senador questionar ao Governo Federal - vocês estão fazendo a duplicação para Santa Catarina, vocês estão fazendo a duplicação para o Rio Grande do Sul, vocês estão fazendo a duplicação para São Paulo com recursos do BID, e o Paraná, o que fez com seus recursos? Por que então não pagam o Paraná aquilo que fez? Não precisa nem ser em dinheiro. Vamos fazer em outras obras importantes para o Paraná, a Estrada do Boiadeiro, a própria estrada da Ribeira. Acho que esta é uma luta para os nossos representantes questionarem perante o Governo Federal.

E a segunda colocação disto foi um decreto também do então Governador onde ele colocou em caução, e aí sim, até arranhando a lei, no meu entender, do ponto de vista legalista, quando colocou em caução ações da COPEL para a compra dos trilhos da FERROESTE, obra de não menos importância também, Deputado Caíto. Acho que a FERROESTE hoje é a única ferrovia transversal que se tem no país e atende uma região importante do Estado que é a região Oeste, mas caucionou ações da COPEL para pagamento dos trilhos que comprou futuramente. Isto foi demonstrado, tem decreto, não estou criando.

Então, eu acho que aí é uma questão, Deputado Caíto, de programa de Governo. Acho que o Governador é eleito pela população para exercer o seu programa. O Governador Requião na época foi eleito para este programa e executou. Prometeu a duplicação da 376 e com pequeno pedaço que ainda foi terminado, o nosso Governo fez. Prometeu a construção da FERROESTE e também com pequeno pedaço, o nosso Governo fez.

Acho que isto é questão estratégica de decisão do Governo e nem nos cabe nem a mim nem a Vossa Excelência ficar discutindo o que o Governador acha. A nós cabe, como amigos ou como Secretários, cumprir estas determinações. Acho que o programa de governo é de cada um.

Então, não é demeritório o que foi feito, mas só demonstra quase quando a necessidade é maior para a população de uma determinada rodovia, é preferível vender um ativo que o povo contribuiu para comprar, porque ação da COPEL e ação da TELEPAR foram compradas pelo povo, porque dinheiro público é dinheiro do povo. Então, vendeu um pouco daquele ativo que estava lá parado para colocar numa estrada importante que tirava a vida deste próprio povo.

Acho que este conjunto de oportunidades, aliado ao programa de governo, não cabe a nós questionar.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quinze Senhores Deputados inscritos usaram das suas prerrogativas, inquiriram o Secretário na réplica e na tréplica.

O nosso Regimento ainda dispõe que o Líder das Oposições, escolhido entre eles o Deputado Ângelo Vanhoni, faça uso da palavra e de igual maneira o Líder do Governo e finalmente o Secretário para suas considerações finais.

O Deputado Ângelo Vanhoni tem, portanto, cinco minutos.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Em primeiro lugar, quero dizer que este debate só tem sentido em que pese a troca de números a respeito deste ou daquele episódio da ação do Governo, só tem sentido se todos entendermos como que queremos que o Paraná possa garantir uma vida melhor para as futuras gerações, não só o Paraná e o nosso país.

Se as críticas que a Oposição faz e aí faz de maneira honesta, transparente é porque de alguma identifica que de alguma maneira as finanças do nosso Estado não estão sendo geridas em função daquilo que a gente acredita ser melhor.

Tenho 44 anos, conheço pouco a respeito do nosso Estado, mas vi que nesses últimos o Estado do Paraná foi um Estado que não teve que se endividar muito em relação às outras unidades da Federação, que com o trabalho dos paranaenses, com a receita própria nossa durante os últimos vinte, trinta anos muitas coisas foram construídas para ajudar no desenvolvimento estrutural da nossa economia, economia essa que traz emprego e que traz tranquilidade de vida para os seus cidadãos. Muito sacrifício foi feito, outros Governos não optaram em investir em saúde, em investir em educação, e optaram em canalizar esforços e fazer com que no Rio Iguaçu cinco Usinas Hidrelétricas propiciassem ao Paraná quase que exportar 60% da energia produzida no nosso Estado para outros Estados. O parque de estradas construído para melhorar o fluxo de transporte da nossa economia foi feito grande parte com recursos próprios do Paraná, investimentos, empréstimos que foram feitos em organismos internacionais, e que foram pagos sem ter que fazer grandes empréstimos da Federação. Os funcionários públicos em muitos momentos, e ainda hoje, acho que não são prestigiados como deveriam ser. Se há alguma coisa que o estado pode fazer do ponto de vista de distribuição de renda para diminuir a grave concentração de renda, esse apartheid social que existe no nosso País é oferecer, por exemplo, escola pública de boa qualidade para o conjunto da população, para fazer com que milhares e milhares de jovens possam ter um futuro num mundo moderno, sobretudo num mundo onde o conhecimento é a alavanca principal da transformação e da con-

strução da cidadania. Estradas foram construídas, portos foram construídos, hidrelétricas foram construídas, a SANEPAR é uma empresa que captou água e abasteceu água praticamente em todas as regiões do Paraná, com problemas, com desafios, mas fez isso.

No entanto, me permita, secretário, não posso sair daqui contente e satisfeito porque vejo hoje o BANESTADO dos últimos 70 anos, o senhor falou em 30 milhões de aporte de capital do tesouro, o Banco do Estado está sendo privatizado por cinco bilhões de reais, somente a venda da COPEL, das ações que Vossa Excelência enumerou, junto com os 200 milhões das ações da SANEPAR, foi um bilhão e setecentos milhões de dinheiro que entrou no Governo do Estado, e com menos da metade do que isso era possível sanear o banco conforme as palavras do Diretor do Banco Central, assinado um documento por Vossa Excelência. Nebulosamente, no último dia, cinco minutos antes de terminar o prazo de 19:40 horas vem a notícia do senhor e do Governador Jaime Lerner lá em Brasília, dizendo que ia ter que privatizar. Ninguém ficou satisfeito com essa operação, não há auditoria que prove isso, nenhum documento foi fornecido. Os gastos desmesuradamente de uma forma, na minha avaliação, irresponsáveis, continuaram acontecendo. Quatrocentos milhões é o dado que o Tribunal de Contas diz para o povo do Paraná que foram gastos em verbas de publicidade. Secretário Giovani Gionédís, quatrocentos milhões é mais do que 27% do que a soma do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina juntos, no mesmo período. Não posso entender como isso seja uma ação governamental, só aí são quatrocentos milhões.

O senhor fala que o Governo teve que pagar setenta e quatro milhões de precatórios, uma hora é o precatório passado que teve que ser pago, outra hora é o BADEP, nenhuma sustentação na realidade tem firmeza de argumentação. Setenta e quatro milhões de precatórios que o Governo Jaime Lerner pagou, que foram dívidas dos Governos passados, do Jaime Canet, do Ney Braga, do Álvaro Dias, do Roberto Requião, setenta e quatro milhões não chegam a 90% do que o Governo gastou agora recentemente para fazer os jogos da natureza. Só o Banco do Estado do Paraná tem uma fatura com Luciano do Vale de dez milhões de reais para fazer a propaganda.

Então, Senhor Secretário, se tem alguma coisa que nos move é buscar aonde estão realmente as causas estruturais. Hoje o Paraná está numa situação, chega no final do ano devendo doze bilhões de reais. Estão aqui os dados do Banco Central, ano de 98, junho de 98, está aqui o Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos, variação percentual de crescimento da dívida de janeiro a julho de 99, isso aqui é do Banco Central, se o Banco Central tem que ser auditado, tem que ter uma CPI do Banco Central vamos fazê-la, mas diz o seguinte: O Paraná teve um crescimento nesses dois anos de 103% da sua dívida, enquanto que o maior percentual é do Rio de Janeiro que tem uma dívida histórica, que

sabemos que variou em 68%. Como vamos aceitar as argumentações?

Vejo o seu empenho, que Vossa Excelência faz hoje um esforço hercúleo, para controlar as finanças do Estado do Paraná, mais do que já foi feito no próprio Governo de Vossa Excelência, do Governador Jaime Lerner. Vossa Excelência tem tentado conduzir ao pé da letra as finanças do Estado, talvez, pelas dificuldades tremendas que o governo e o Estado se encontra neste momento. Mas não dá para aceitar de que o Estado, hoje, não esteja numa situação complicada. Não acredito que, simplesmente, a operação dos royalties de Itaipu, para beneficiar parcialmente o pagamento dos aposentados do Estado do Paraná, venha a resolver a situação financeira do nosso Estado.

Por isso, gostaria que os Deputados da Situação e Oposição fossem fundo na proposta que o Deputado Caito Quintana fez, que é a nossa proposta. Não vamos fazer uma CPI. Vamos fazer uma Comissão Especial, para fazer uma sindicância sobre a dívida do Estado do Paraná. Porque são muito contraditórios, os números não estão chegando próximos um do outro. Vamos fazer uma sindicância. E que as futuras gerações tenham um Estado, que possa promover o desenvolvimento e, sobretudo, fazer as distribuições de renda no nosso Estado: seja com saúde, estrada, energia elétrica e, fundamentalmente, com a educação de qualidade para os futuros paranaenses.

Obrigado.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Deputado Vanhoni, Senhor Presidente, quero externar, aqui, a minha tristeza, porque conheço a competência do Deputado Vanhoni. Mais uma vez ele ocupa a tribuna tão somente para criar uma celeuma em torno de números que são claros.

Não precisa CPI ou Comissão de Sindicância, Senhor Deputado, estão aqui os números. A sua assessoria pode comparecer à Fazenda. Esses valorosos técnicos que os elaboraram, não são técnicos levados por mim ou do nosso governo, mas são técnicos que têm mais de quarenta anos de serviço, podem esclarecer número por número desse balanço.

Em segundo lugar: vejo com muita tristeza, quando fala da privatização do banco, porque a aprovação da privatização do banco, perante ao Senado, Deputado Vanhoni, o senhor deve se lembrar disso, foi transmitida pela TV Senado. Os senadores do Paraná exigiram a presença deste secretário para fazer a defesa. O secretário lá compareceu. Os senadores do Paraná exigiram a presença do Dr. Paulo, do chefe de fiscalização do Banco Central, Dr. Alvarez, que hoje ocupa a diretoria de fiscalização do Banco Central, em Brasília para que eles esclarecessem aqueles números - e foram esclarecidos pelo Banco Central.

Não se está aqui pegando um documento de dois anos atrás, onde tiveram vários documentos posteriores e

criando-se um novo número. Isto está provado nos Anais do Senado e deve ter fita do Senado Federal.

A auditoria do banco - o senhor é do banco -, quem faz é o Banco Central, que é um órgão inclusive criado especialmente para fiscalizar e auditar os bancos. É o Banco Central quem determina se há a necessidade de intervenção, federalização ou de saneamento, porque ele, por lei, foi constituído para isso. É o auditor, o fiscal do Banco do Estado do Paraná. Esses números, não é o Secretário da Fazenda que tem de oferecer. O Banco Central fica na Marechal Deodoro e podem ir lá buscar. Porque foram eles, que com trinta pessoas dentro do banco, permanentemente, levantaram todos esses números. O Banco Central, quando feita a liberação do financiamento, não libera sem ter cinco ou seis pareceres técnicos, atestando que aquele é um número necessário ao saneamento.

No mais, o discurso foi político. Respeito a posição do nobre Deputado Vanhoni. Conheço o Deputado Vanhoni pessoalmente, já jogamos truco juntos, é uma posição política do Deputado, que tem que ver que faço a mesma referência do Deputado Caíto, isso é uma questão de programa de governo. O Governador foi eleito pelo povo, para exercer este programa de governo. Prometeu a transformação econômica do Estado e fez. Se esta transformação econômica, determinado Partido é contra a este programa de Governo, não compete ao Secretário da Fazenda vir aqui esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Secretário, funcionários da Secretaria da Fazenda.

Fazer um pronunciamento após a explanação do Secretário Giovani Gionédís, já reconhecido aqui pelo Deputado Caíto Quintana, é extremamente difícil porque ele demonstrou, aqui, o seu profundo conhecimento das questões financeiras, deste Estado.

Mas também se torna extremamente difícil, Secretário Giovani Gionédís, nós, que estamos, nesta Casa, todos os dias, participando de reuniões e ouvindo, desta tribuna, porque é a tribuna ocupada pela oposição e principalmente ocupada pelo Deputado Orlando Pessuti, hoje ausente, por estar representando a Assembléia Legislativa, fora do País, nós estamos aqui, há vários meses, ouvindo números e números que nós consideramos fantasmas, que não condizem com a realidade e não condizem com o que Vossa Excelência está falando aqui hoje.

E aqui quero responder ao Deputado, líder das oposições, Edgar Bueno, quando eu trouxe aqui o número da dívida, não coloquei os precatórios, Deputado Edgar Bueno, por isso o meu número bate com os números trazidos, hoje, pelo Secretário Gionédís, não somamos os precatórios, mas, para que possamos, e não tem outra maneira

de estabelecermos aqui um critério, para fazermos aqui uma análise desta Sessão se não estabelecermos aqui, um comparativo entre Governos. Existe já um velho ditado que: tem governantes que governam para as próximas eleições e existem governantes que governam pensando nas próximas gerações. E por isso, para que possa fazer, aqui, um pronunciamento em defesa do Governo Jaime Lerner, do qual eu sou líder e me orgulho dessa posição, nós temos que estabelecer aqui um comparativo.

Vejam os senhores como têm aqui números interessantes! O governo Jaime Lerner, pagou de dívidas, no decorrer do seu Governo, e disse aqui o Secretário Giovani Gionédís, um bilhão e 800. Contraiu em dívidas, 568 milhões. Quer dizer, nós mais pagamos dívida do que contraímos empréstimos! Se formos aqui também, e foi dito pelo Secretário da Fazenda, critica-se aqui a privatização do BANESTADO ou melhor dizendo, a falência do BANESTADO; mas é importante que se ressalte, aqui, nesta Sessão, que o rombo do BANESTADO; em torno de 68% a 70%, é oriundo de governos anteriores!

Porque se prega e quer se dizer à população paranaense que o problema do BANESTADO é um problema do Governo Jaime Lerner, não, Senhores! O problema do BANESTADO é oriundo de várias administrações onde 68% a 70% é responsabilidade de governos anteriores. Então se pegarmos os 4 bilhões, 70% desses recursos, são 2 bilhões e 800, que têm que ser atribuídos e somados a dívidas de governos anteriores. Isso é importante que seja ressaltado, aqui, neste momento.

Outra questão, a questão da dívida, estamos hoje aqui satisfeitos com a sua presença, porque aqui se trocava bilhões como se troca centavos em banca de revista.

Uma hora era oito, outra hora era nove e não conseguíamos convencer a oposição que não se brinca com bilhões como se trabalhasse com centavos.

Quero discordar da posição do Deputado Caíto Quintana. Quando diz que a transformação dos celetistas não trouxe problemas, porque os recursos oriundos da extinção do fundo previdenciário voltaram para os cofres do Estado. Também não poderá ser diferente. Teria que voltar para o cofres do Estado. Agora, quando temos o número estimado de 2 bilhões e oitocentos milhões que poderíamos ter no Fundo Previdenciário do Estado e o rombo da Previdência do Estado poderia ser bem menor. quando não precisaríamos, neste momento, abrir mão as ações da COPEL ou o adiantamento dos royalties se não tivesse sido extinto o fundo previdenciário. Diga-se de passagem, graças a Deus.

Naquela oportunidade treze Parlamentares desta Casa se levantaram e se posicionaram contra a extinção desse fundo, porque sabíamos que logo na frente o problema iria se agravar.

Quero agradecer toda a equipe do Governo Jaime Lerner, que demonstra o que o Governador Jaime Lerner está fazendo neste Estado. Ele faz de tudo com a sua Liderança, com sua posição estadista de trazer a união do povo paranaense.

Estão aqui todos os funcionários da Secretaria da Fazenda e os secretários de Governo.

Quando falam aqui em requerer CPI ou Comissão, não temos nenhuma preocupação contra isso. O que não queremos é que banalizem os números e queiram vender para a opinião pública de forma “politiqueira”.

Se for e forma responsável estamos aberto para discutir essas questões.

Novamente volta a dizer, quando se troca bilhões por centavos, não podemos aceitar.

Acredito que a grande contribuição que o Governador Jaime Lerner vai dar a este Estado e deixar para os próximos governantes, que espero que seja um de vocês que estão aqui.

Primeiro é resolver a questão do fundo previdenciário. Onde gastamos 36% da nossa receita que dá em torno de 90 milhões, certamente com 90 milhões mensais teremos mais capacidade de investimentos.

Outra grande contribuição, já disse isso ao Deputado Ângelo Vanhoni, quero vê-lo movimentando sindicatos, fazendo greves nas portas das indústrias que estamos trazendo para o Paraná. Porque serão avanços para os trabalhadores dessas indústrias.

Mas não conseguimos convencer a Oposição que a industrialização do Estado do Paraná, o benefício não será colhido pelo Governo Jaime Lerner.

Será colhido pelos próximos governantes. Vão receber, sim, o ICMS de hoje produzido e o ICMS de quando estiverem governando. Porque a dilação de prazo dá a oportunidade dos próximos governantes de receberem duas vezes o ICMS, o de hoje e o da atualidade.

Por ter certeza de estarmos no caminho certo e que vamos entregar um novo Paraná ao próximo governador. Com a certeza de estarmos fazendo parte de um governo corajoso. Por que só se transforma um estado eminentemente agrícola em um estado industrial quem tem coragem.

Lembro-me muito bem dos primeiros discursos dessa Casa, quando Governador Jaime Lerner trouxe a Renault, quanta crítica! Hoje, vemos aí quando o Secretário Giovani Gionédís diz que a Volkswagen é a quarta ou quinta em arrecadação de ICMS.

Credito que nós que fazemos parte deste Governo, a Bancada de sustentação aqui desta Casa, que não tem faltado ao Governador Jaime Lerner para fazer as transformações que são necessárias para este Estado, certamente estamos dando uma grande contribuição. E esperamos que a Oposição continue aguerrida, fazendo oposição com seriedade para que possamos aqui, travar o bom embate, para que possamos contribuir para o aperfeiçoamento das leis, que são discutidas nessa Casa, e que possamos cada vez mais enaltecer o Poder Legislativo.

Agradeço a presença do Secretário, dos funcionários, e a forma com que Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem conduzido esta Casa.

Meus parabéns, muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passar a palavra ao Senhor Secretário Giovani Gionédís para as considerações finais, esta Presidência quer registrar e agradecer a presença do Secretário de Saúde, Doutor Armando Raggio; Secretária de Educação, Alcyone Saliba; Secretário de Transportes, Heinz Herwig; Secretária de Administração, Maria Eliza Paciornick, Secretário da Casa Civil, Doutor Pretextato Taborda, aos assessores da Secretaria da Fazenda, Walter de Souza, Norton Siqueira, Otaviano Ferraz, João Lucena, Nelson de Freitas e outros. A todos aqueles que nos honraram com as suas presenças aqui nesta Casa.

De uma maneira muito especial quero cumprimentar os Senhores Deputados, que mais uma vez deram e não se esperava outra coisa, uma demonstração de competência, de amor ao Paraná, de fidalguia ao recepcionar os nossos ilustres visitantes, que aqui vieram e por quase quatro horas, responderam as nossas inquirições e sem dúvida com muita competência e com equilíbrio, com muito bom senso puderam esclarecer as nossas dúvidas, os nossos anseios, as nossas dificuldades.

Os nossos cumprimentos, Secretário Doutor Giovani Gionédís, pela paciência, pela maneira com que sempre tem demonstrado perante esta Casa e foi realmente um privilégio, uma honra, recebê-lo aqui, bem como os seus companheiros de pasta e a todos aqueles membros de Governo que aqui estiveram.

Faço um dos nossos cumprimentos especiais aos Deputados de Oposição, até porque nós já fomos Oposição e sabemos muitas vezes das dificuldades que tem a minoria nesta Casa. Mas mostravam-se como Deputados competentes valorosos e em momento algum empanaram o brilho desse encontro. Pelo contrário, as divergências são próprias desse Parlamento, e só assim vamos realmente dar uma demonstração viva do momento democrático, da abertura que vive esta Casa, e a convocação desta Assembléia, no lugar que realmente que ela deve estar.

Para as suas considerações finais ao que estará encerrada a presente sessão, o senhor tem o tempo que achar conveniente.

#### O SR. GIOVANI GIONÉDIS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Líderes, aproveito este último momento para agradecimentos. Agradecer o respeito com que fui tratado perante esta Casa. Acho que isto demonstra o verdadeiro espírito democrático que deve reinar em todos os atos e em todas as administrações. Não podemos querer combater a crítica de partidos divergentes. Mas, as críticas têm que ser colocadas com respeito, como aconteceu aqui, neste plenário.

Queria fazer um agradecimento especial a toda a minha equipe da Secretaria da Fazenda, que, na realidade, estão todos aqui presentes e se retratam na memória viva dos números que aqui pudemos apresen-

tar e que sabem, têm conhecimento inclusive de detalhes de assinaturas de contratos internacionais. Têm a memória viva dessas assinaturas e se não fossem eles, seria impossível traduzir esse trabalho perante esta Casa de Leis.

Quero fazer um agradecimento especial ao meu pai, à minha esposa e aos meus filhos. Inclusive à minha futura nora, que aqui se fizeram presentes num verdadeiro espírito familiar de apoio moral.

E quero finalizar, Sr. Presidente, com um quadro, que nas horas de espera nos corredores do Ministério da Fazenda, e que não foram poucas, li e retratei, inclusive copiei na minha agenda. O quadro se refere a uma citação sobre Orçamento e diz o seguinte: “O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas. A arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos se a nação não quiser ir

à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar em vez de viver por conta pública.”

Essa citação, Senhor Presidente, é de Marcus Tulio Cícero - 55 Antes de Cristo, em Roma. Sou de 55, mas de 1900 depois de Cristo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas esta Presidência tem o triste dever de noticiar o falecimento do Dr. Desembargador Francisco da Cunha Pereira, pai do jornalista Francisco da Cunha Pereira. Falecido nesta madrugada, o seu corpo está sendo velado no Tribunal de Justiça e o seu sepultamento será às 17 horas no Cemitério Municipal.

Levanta-se a sessão.